



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**MAXUEL MELO ALENCAR DÔRES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL PARA PESSOAS IDOSAS:**  
**À LUZ DE BEAUVOIR E SILVA SOBRINHO**

**Maceió-AL**

**2022**

**MAXUEL MELO ALENCAR DÔRES**

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO NO BRASIL PARA PESSOAS IDOSAS:  
À LUZ DE BEAUVOIR E SILVA SOBRINHO**

Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas, como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação

**Orientadora:** Profa. Dra. Maria de Lourdes Lima  
**Coorientadora:** Profa. Dra. Rosilene Agapito da Silva Llarena

**Maceió-AL  
2022**

**Catálogo na Fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

D695p Dôres, Maxuel Melo Alencar.  
Políticas públicas de informação no Brasil para pessoas idosas : à luz de Beauvoir e Silva Sobrinho / Maxuel Melo Alencar Dôres. – 2022.  
86 f. : il.

Orientadora: Maria de Lourdes Lima.  
Co-orientadora: Rosilene Agapito da Silva Llarena.  
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 82-86.

1. Políticas de informação. 2. Idosos. 3. Ciência da informação. I. Título.

CDU: 02

A Deus.  
A meus pais (in memoriam), irmãos e amigos.  
Às Profas. Dras. Maria de Lourdes e Rosilene A. da S. Llarena.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, o centro e o fundamento de tudo em nossas vidas, por renovar a todo instante nossas forças e pelo discernimento concedido ao longo dessa jornada.

Ao meu pai, Manoel Capitulino Alencar (*in memoriam*), sertanejo, grande idoso de 99 anos, intelectual, que mesmo nos últimos dias de vida manteve-se lúcido, amante dos livros e de histórias, e sempre será o meu melhor contador de histórias.

À minha mãe Cícera Maria Melo Alencar, ascendente indígena (*in memoriam*), onde as lembranças se perpetuam até hoje em minha mente e meu coração. Mesmo sendo tão pequeno lembro-me o quão grande era o seu amor.

Aos meus irmãos, em especial Juliana Alencar e Dra. Donata Alencar, advogada, que me incentivou a entrar com uma ação judicial para que meu direito fosse garantido para cursar o mestrado.

Aos meus sobrinhos que amo, ao meu cunhado José Carlos de Vasconcelos, e aos demais familiares que se fizeram presentes nos presente nos momentos mais difíceis, me dando forças para prosseguir na minha caminhada.

Ao amigo Zaqueu, bibliotecário, que me apresentou o mestrado em Ciência da Informação, me orientou e me incentivou a realizar o processo seletivo e me ajudou nessa jornada, e a minha amiga Teliane, minha eterna gratidão.

Ao Leonardo Costa, por emergir nesse percurso, ofertando apoio e incentivo no seu transcorrer, obrigado por tudo e por tanto.

À orientadora Profa. Dra. Maria de Lourdes Lima, por aceitar conduzir o meu trabalho de pesquisa, e pela dedicação, apoio e perseverança. À coorientadora Profa. Dra. Rosilene Agapito da Silva Llarena, pelas contribuições de valiosa importância na edificação desta produção. Quero expressar o reconhecimento e admiração pela competência profissional e minha gratidão pela amizade, por serem profissionais extremamente qualificadas e pela forma humana que me conduziram até hoje.

Ao Coordenador Pós-Graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), Prof. Dr. Edivânio Duarte de Souza, por sua gestão e capacidade neste cargo. E a todos os professores que grandiosamente contribuíram para a minha formação como mestre em Ciência da Informação.

Ao Prof. Dr. Marcos Aurélio Gomes, que compôs a banca de qualificação, por ter corrigido meu projeto de dissertação página por página a punho e me enviar. Sou grato também

ao Prof. Dr. Fábio Assis Pinho, que foi brilhante em suas considerações na dissertação, agregando enorme valor.

Meus sinceros agradecimentos a todos(as) aqui citados e aos que carrego em minha memória que contribuíram em minha caminhada acadêmica e profissional.

*"[...] Definir o que é para o homem progresso ou regresso supõe que se tome como referência um determinado fim; mas nenhum é dado a priori, no absoluto. Cada sociedade cria seus próprios valores: é no contexto social que a palavra "declínio" pode adquirir um sentido preciso. Essa discussão confirma o que eu disse acima: a velhice não poderia ser compreendida senão em sua totalidade; ela não é somente um fato biológico, mas também um fato cultural." (Simone de Beauvoir, in: Preâmbulo. A Velhice, janeiro de 1976)*

## RESUMO

A investigação se caracteriza por um estudo de abordagem qualitativa com objetivo descritivo que visa refletir sobre as políticas públicas de informação para a pessoa idosa no Brasil por meio das análises teóricas e explicativas. Para tanto, a investigação será embasada pelo método quadripolar, por meio da construção de quatro polos fundamentais para um estudo teórico voltado para os pensamentos de Simone de Beauvoir e Helson Flávio da Silva Sobrinho: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico. O **polo epistemológico** na construção do objeto científico, definição da problemática de investigação viabilizando os parâmetros discursivos e a identificação dos paradigmas e critérios de cientificidade nesta pesquisa. O **polo teórico** na postulação de leis e normativas, formulação das hipóteses, articulação dos quadros de referências entre Beauvoir e Silva Sobrinho definindo o que se compreende enquanto pessoa idosa e a necessidade de políticas públicas específicas, assim como se construirá um quadro teórico-conceitual sobre políticas de informação direcionadas, no escopo da Ciência da Informação. O **polo técnico** descreveu o processo de coleta, organização e tratamento dos dados de investigação aferindo-se às reflexões dos autores de base escolhidos para esta investigação. Por fim, o **polo morfológico** formaliza os resultados da investigação e apresentou elementos essenciais para a construção de políticas públicas de informação para a pessoa idosa, que poderá ser objeto de reflexão tanto pela Ciência da Informação quanto pela sociedade em geral, a fim de que as reivindicações produzidas travadas possam entrar nas agendas governamentais. Por sua vez, a pesquisa constituída, também pelo estudo bibliográfico e documental realizado nas bases de dados da Ciência da Informação, onde se minerou os artigos científicos voltados para a pessoa idosa no Brasil e se analisou tais políticas nos documentos, disponíveis nas páginas *web* do governo brasileiro, voltados à pessoa idosa, identificando os elementos conceituais das políticas públicas de informação. Os resultados identificaram que no País existem seis documentos públicos voltados à pessoa idosa. Abordam seus direitos, o acesso à atenção e à saúde integral e seus princípios de humanização, mas apresentam uma abordagem dispersa acerca do direito à informação. No que tange a produção científica (QUALIS/CAPES e BENANCIB), após a aplicação do critério de exclusão e inclusão, restaram apenas 14 artigos a serem analisadas, evidenciando a reflexão teórica incipiente, reflexo da sociabilidade capitalista que denota a pessoa idosa a condição de invisibilidade social e política, em virtude da sua improdutividade na sociedade. Conclui-se, então, que se faz primordial o estímulo à produção científica, principalmente na área da Ciência da Informação, a qual detém o potencial de desenvolver questionamentos relevantes na produção de Políticas Públicas de Informação direcionadas a pessoa idosa, fornecendo subsídios ao poder público no sentido da edificação de ações efetivas.

**Palavras-Chave:** Políticas Públicas de Informação. Pessoa Idosa. Ciência da Informação.

## ABSTRACT

The investigation is characterized by a study with a qualitative approach with a descriptive objective that aims to reflect on public information policies for the “elderly person” in Brazil through theoretical and explanatory analyses. Therefore, the investigation will be based on the quadripolar method proposed by Bruyne, Herman and Schotheete in 1974, through the construction of four fundamental poles for a theoretical study focused on the thoughts of Simone de Beauvoir and Helson Flávio da Silva Sobrinho: the epistemological, theoretical, technical and morphological. The epistemological pole will be guided by the construction of the scientific object, definition of the investigation problem, enabling the discursive parameters and the identification of paradigms and scientific criteria that will guide the research. The theoretical pole will be guided by the postulation of laws and regulations, formulation of hypotheses, articulation of frames of reference between Beauvoir and Silva Sobrinho, defining what is understood as an "elderly person" and the need for specific public policies, as well as building a framework theoretical-conceptual about targeted information policies, in the scope of Information Science. The technical pole will describe the process of collection, organization and treatment of research data, gauging the reflections of the base authors chosen for this investigation. Finally, the morphological pole will formalize the research results and will present essential elements for the construction of public information policies for the elderly, which can be the object of reflection both by Information Science and by society in general, so that the claims produced fought can enter the governmental agendas. In turn, the research will also be constituted by the bibliographic and documentary study carried out in the Information Science databases, where scientific articles aimed at the elderly in Brazil will be mined and such policies will be analyzed in the documents, available on the websites of the Brazilian government, aimed at the elderly, identifying the conceptual elements of public information policies for the elderly in Brazil. The results identified that in Brazil there are six public documents aimed at the elderly. They address their rights, access to care and comprehensive health and their principles of humanization, but present a dispersed approach to the right to information. Regarding scientific production (QUALIS/CAPES and BENANCIB), after applying the exclusion and inclusion criteria, only 14 (fourteen) remained to be analyzed, evidencing the incipient theoretical reflection, a reflection of the capitalist sociability that denotes the elderly person condition of social and political invisibility, due to its unproductivity in society. It is concluded, then, that the stimulus to scientific production is essential, especially in the area of Information Science, which has the potential to develop relevant questions in the production of Public Information Policies aimed at the elderly, providing subsidies to the public power. in the sense of building effective actions

**Keywords:** Public Information Policy. Elderly. Information Science.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
ABRALIN	Associação Brasileira de Linguística
CNDI	Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos
CCJ	Constituição e Justiça e de Cidadania
PROPEP	Coordenador de Pós-Graduação na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
DAB	Departamento de Atenção Básica
BENANCIB	Base do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
FALE	Faculdade de Letras
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEL	Instituto de Estudos da Linguagem
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
MS	Ministério da Saúde
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NDE	Núcleo Docente Estruturante
OMS	Organização Mundial de Saúde
PNI	Política Nacional do Idoso
PPGLL	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
RI	Regime de Informação
SAPS	Secretaria de Atenção à Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
SBGG	Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> - Política Nacional do Idoso - 1994 .....	52
<b>Figura 2</b> - Estatuto da Pessoa Idosa .....	53
<b>Figura 3</b> - Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa.....	54
<b>Figura 4</b> - Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa .....	56
<b>Figura 5</b> - Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa .....	57
<b>Figura 6</b> - Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento .....	58
<b>Figura 7</b> - Interface do Sistema Qualis/Capes – Classificação A1 ao C .....	60
<b>Figura 8</b> - Interface do Sistema da Base de Dados do Encontro Regional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (BENANCIB .....	66
<b>Figura 9</b> - Infográfico com elementos que possam contribuir na construção de uma política pública, desenvolvido pelo autor .....	72

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Descrição da execução dos objetivos específicos.....	48
<b>Quadro 2:</b> Documentos Nacionais que abordam os Direitos e Saúde do Idoso.....	50
<b>Quadro 3:</b> Revistas de Ciência da Informação no Brasil e Conceito Qualis/Capes.....	61
<b>Quadro 4:</b> Levantamento dos artigos por periódicos, classificação, título e ano de publicação .....	63
<b>Quadro 5:</b> Análise dos artigos por título, autores e objetivos – Qualis/Capes.....	66
<b>Quadro 6:</b> Análise dos artigos por título, autores e objetivos - Benancib.....	67
<b>Quadro 7:</b> Conclusões individuais da execução dos objetivos .....	80

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2 DIMENSÕES DO ENVELHECIMENTO HUMANO E REFLEXÕES A PARTIR DE BEAUVOIR E SILVA SOBRINHO: APRECIACÕES VOLTADAS ÀS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO</b> .....	<b>21</b>
2.1 “A velhice” sob os olhares de Beauvoir e silva sobrinho: apreciações necessárias e basais .....	21
2.1.1 O contexto de produção de uma fala de si: Simone de Beauvoir .....	22
2.1.2 o contexto de produção de uma fala sobre o outro: helson flávio da silva sobrinho .....	26
2.2 A pessoa idosa .....	30
2.2.1 A pessoa idosa no brasil .....	32
2.3 Gerontologia e geriatria .....	33
2.4 Informação e as barreiras informacionais sobre a pessoa idosa .....	34
2.5 Políticas públicas de informação e a pessoa idosa .....	38
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	<b>45</b>
3.1 Caracterização da pesquisa .....	45
3.2 Execução dos objetivos específicos .....	48
<b>4 RESULTADOS</b> .....	<b>50</b>
4.1 Documentos públicos de direito do idoso no brasil e as políticas de informação .....	50
4.1.1 Categoria 1: ações de cidadania do idoso e direitos humanos e combate à violência....	52
4.1.2 Categoria 2: promoção de saúde integral e seus princípios de humanização ao idoso....	55
4.2 Mapeamento da produção científica nos principais periódicos da ciência da informação no brasil com conceito QUALIS/CAPES .....	60
4.3 Mapeamento da produção científica na base de dados do encontro regional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação (Benancib).....	66

4.4 Levantamento geral .....	68
<b>5 PROPOSTAS DE ELEMENTOS QUE PODEM BALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO PARA AS PESSOAS IDOSAS À LUZ DE BEAUVOIR (1976) E SILVA SOBRINHO (2007).</b> .....	<b>71</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>76</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>82</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O despertar da investigação emergiu da análise preliminar de políticas públicas voltadas ao idoso no Brasil dada a condição do pesquisador como profissional da saúde que atende a população idosa. Sendo, assim, surgiu o interesse em estudar sobre a importância de documentos públicos que tratem as questões informacionais, inerentes às pessoas com idade a partir dos 60 anos, uma vez que se mostram carentes dos processos informativos essencialmente voltados à sua saúde, direitos e deveres.

Inicialmente cabe pontuar que Ciência da Informação (CI), campo ao qual a presente pesquisa se relaciona, estuda o cenário dos acontecimentos atuais, que apresentam contextos informacionais demandantes da atenção em relação à utilização, compartilhamento e disseminação da informação. Todo esse processo envolve reflexões sobre a construção e efetividade de políticas públicas de informação enquanto norte para agentes e gestores públicos nas tomadas de decisões que beneficiam todo um coletivo [incluindo a população idosa], no que concerne à produção e uso da informação na sociedade contemporânea (JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009).

Nesse sentido, para Jardim, Silva e Nharreluga (2009) as políticas de informação assumem grande importância no âmbito da CI, uma vez que, enquanto ciência de natureza interdisciplinar (BORKO, 1968; WERSIG; NEVELLING, 1975; SARACEVIC, 1995) busca compreender, sob distintas abordagens, os aspectos científicos, tecnológicos, organizacionais e socioculturais que demandam as facetas contemporâneas dos processos informacionais bem como suas novas e complexas dinâmicas, dimensões e que, por sua vez, demandam políticas de informação adequadas.

Podemos enxergar a CI, como “[...] um campo interdisciplinar permeando conceitos e definições da área [...]” (SOUZA; DIAS, 2011, p. 65), que se torna arena de discussão das políticas de informação. É a CI quem discute a necessidade de políticas de informação condicionadas aos fatores históricos e sociais das coletividades para estimular e orientar o desenvolvimento de, entre outras coisas, um setor, uma comunidade, uma realidade etc. com rigor jurídico e validação legal, de maneira implícita ou explícita, dando vazão aos processos de direitos e cidadania (BRIQUET DE LEMOS, 1990).

Tendo em vista todas essas discussões, também é lícito pensar as políticas de informação voltadas à pessoa idosa. Essas políticas devem estar direcionadas a um conjunto de orientações, preceitos e princípios que levem à determinadas ações dirigidas para os direitos, deveres, saúde e atenção aos idosos. Devem levar em conta a

complexidade das vidas contemporâneas relacionadas aos processos sociais, econômicos, políticos e culturais de saúde e aumento da população idosa.

Lemos e Barros (2012, p. 2) compreendem que “[...] o envelhecimento é um fenômeno biológico, psicológico e social que atinge o ser humano na plenitude de sua existência. Ele modifica sua relação com o tempo, seu relacionamento com o mundo e com a sua própria história [...]”. De acordo com essa assertiva, todos envelhecemos e, por este motivo, são necessárias políticas públicas informacionais que se adequem às condições do envelhecimento humano em ações que levem à pessoa idosa a permanecer ou a incluir-se não só na sociedade, mas às redes da informação e da comunicação social.

Para que as políticas públicas sejam voltadas à pessoa idosa de modo efetivo, também é necessário que se entenda quem é a pessoa idosa e seu papel na sociedade. Nesse sentido, esta investigação norteou-se nas reflexões nas seguintes obras: “*A velhice*”, da filósofa francesa Simone de Beauvoir (1908-1986); *La vieillesse*, pela Editora Gallimard; e o *Discurso, velhice e classes sociais*, (2007), do sociólogo maceioense, Helson Flávio da Silva Sobrinho. Obras relevantes e seminais para o estudo da pessoa idosa e sobre a velhice nos contextos cultural, político, social e histórico.

Beauvoir (1976) busca refletir o envelhecimento por uma visão de dentro para fora, na condição de quem fala de si, de modo a compreender como a sociedade e seus integrantes enxergam a velhice, em termos socioculturais de modo majoritário no Ocidente, no contexto contemporâneo do capitalismo. Além disso, reflete sobre a inserção das pessoas idosas em uma sociedade que ainda se vê sob a óptica daqueles que, efetivamente, produzem riqueza, no tempo presente.

Já Silva Sobrinho (2014) se põe a compreender a didática do discurso que se inscreve no movimento de reprodução/transformação de sentidos da velhice na sociedade capitalista. Em sua obra o referido autor aborda como a sociedade e seus integrantes falam da velhice, desde o descobrimento de conflitos ideológicos na conjuntura histórica atual, a exemplo da crise do capital, com repercussão sobre a crise da previdência e do desemprego estrutural. É posto o destaque as contradições do sistema capitalista e sua relação com o discurso sobre a velhice. Tal reflexão adquire um caráter paradoxal e atua, contraditoriamente, na interpelação do sujeito, reproduzindo uma discursividade repleta das “melhores intenções”, ou seja, de “comunicar” e, ao mesmo tempo, “não comunicar” aos sujeitos da “melhor idade”, na perspectiva daqueles que se debruçam sobre a questão.

A necessidade de entendimento da pessoa idosa à luz de Silva Sobrinho e Beauvoir e a constatação do imperativo de construção e discussão sobre as políticas

públicas para idosos nortearam essa investigação a partir da contextualização do problema descrito a seguir.

No Brasil, o envelhecimento da população está acontecendo em processo acelerado. Lazzarotto (2008) estima que, nos próximos vinte anos, o número de idosos brasileiros poderá ultrapassar os 30 milhões, representando 13% da população. De acordo com esse dado fica claro para o autor que há um aumento expressivo da população idosa no Brasil a cada ano. Para ele, essa constatação leva à percepção de que os idosos estão, cada vez, mais independentes e com a vida mais ativa, participando dos processos e acontecimentos sociais e informacionais, como nunca antes na história da humanidade.

Com o aumento expressivo da faixa etária de 60 anos acima no Brasil, a sociedade, de um modo geral, deve discutir a necessidade de assistência cada vez mais especializada ao público idoso (BRASIL, 2006), podendo-se incluir a informacional, uma vez que se nota, em observações simples ou, ainda, por meio de breves pesquisas na *web*, por exemplo, que existe certa deficiência nos serviços oferecidos aos idosos nos mais diversos âmbitos da sociedade, essencialmente quando oriundos da esfera pública.

Esse fato, faz com que idosos realizem uma verdadeira *via crucis* em busca de informações pertinentes às suas necessidades. Essa busca abrange informações que quando não são desconstruídas ou caracterizadas como pouco úteis aos problemas dos idosos, estão desorganizadas ou sofrem interferências de maus atendimentos por parte dos emissores ou mesmo falta de paciência em explicar e esclarecer as informações necessárias. Essa observação é relatada frequentemente pelos idosos em simples conversas informais nos mais diversos contextos.

Além dessa evidência, percebeu-se, em revisão bibliográfica realizada por essa investigação, que são raras as discussões sobre políticas públicas voltadas às necessidades dos idosos no Brasil e, ainda mais raras as informacionais. Nas produções científicas sobre políticas de informação voltadas para a pessoa idosa, no escopo da CI, se constatarem tímidas reflexões.

A partir do exposto, levantou-se perguntas para nortear essa investigação: a) Como a pessoa idosa é percebida e sentida no imaginário coletivo e nos contextos socioculturais do capital?; b) Como deveria ser percebida?; c) Quais as políticas públicas de informação são voltadas para a pessoa idosa no Brasil?; d) Onde se encontram essas políticas?; e) Como são efetivadas?; f) Quais os atores dessas políticas?; g) O que vem sendo discutido sobre a temática nas produções científicas na CI? h) Qual o tratamento

dado no âmbito da CI?. E, finalmente, i) Como as políticas de informação voltadas à pessoa idosa são discutidas na CI?

Tais aspectos fizeram surgir o questionamento principal da pesquisa: a construção de elementos que balizem as políticas de informação voltadas à pessoa idosa – refletidas à luz de Simone de Beauvoir e Helson Flávio Silva Sobrinho – poderiam contribuir para a discussão na CI?

Acredita-se que as respostas às questões norteadoras e a pergunta central da investigação podem levar à compreensão de que os fluxos informacionais, nos contextos da sociedade contemporânea, voltados à pessoa idosa, se tornam imprescindíveis na justificativa e estruturação de uma política pública de informação, partindo da contribuição do campo científico e chegando ao Estado, em tese, o poder público, e à Sociedade Civil.

É fato que o Brasil já dispõe de estrutura efetiva para idealizar e implementar os documentos e leis existentes voltadas à pessoa idosa, com a contribuição de órgãos que abordam o crescimento exponencial da população idosa no país, expondo a realidade de cada estados e municípios em toda esfera federal (BRASIL, 2006). No entanto, pode ser que falte amparo nas discussões informacionais na construção de políticas de informação para este público.

O campo científico apresenta a sua contribuição, no que diz respeito aos direitos e deveres do idoso. No entanto, ainda são escassas as contribuições voltadas aos processos informacionais sobre a velhice, essencialmente no que concerne à CI, o que tornam necessárias orientações que vão muito além do direito e saúde, mas que visam contribuir com a inserção informacional pelo viés da tecnologia e inclusão social. Toda essa problemática levantou alguns pressupostos importantes:

1. Quando voltadas à pessoa idosa, de modo geral, as políticas de informação podem estar direcionadas às orientações à saúde, aos direitos e deveres, aos estatutos e aos documentos públicos e decretos direcionados à atenção aos idosos. Em outras palavras, as políticas de informação voltadas para a pessoa idosa podem não se mostrarem explícitas, tanto na literatura científica da CI, quanto nos âmbitos de construção e efetividade na sociedade, assim como nas agendas governamentais.
2. O Brasil não disponibiliza uma política específica de informação voltada para a pessoa idosa que trabalhe o contexto comunicação e informação com objetivo de orientação efetiva sobre direitos, deveres, saúde e inserção da pessoa idosa em vários segmentos sociais, culturais e informacionais.

3. Como são tímidas as discussões sobre a necessidade e implementação de políticas de informação para a pessoa idosa, é válido salientar que são poucos os atores sociais envolvidos nessas discussões.
4. A ausência de políticas públicas de informação voltadas para a “pessoa idosa” no País no cenário nacional, pode ser fortemente influenciada pela desvalorização do “idoso” em meio a uma cultura histórica de negação à velhice. Esse fato pode influenciar, também, a produção científica sobre a construção e efetivação de políticas de informação voltadas à pessoa idosa.
5. A construção de elementos que balizem a construção e efetivação de políticas de informação a partir de Beauvoir e Silva Sobrinho pode contribuir para a valorização e potencialização de discussões científicas no escopo da CI sobre a temática, assim como na sociedade em geral.

A partir do exposto acreditou-se, nesta investigação, que todos esses elementos (problemática, pressupostos e os objetivos da proposta de estudo) poderiam trazer à consciência a importância das políticas de informação, essencialmente as públicas voltadas à pessoa idosa no Brasil, contribuindo para torná-las explícitas por meio de documentos e normativas direcionadas ao público estudado.

Nesse sentido, buscando responder às indagações da investigação e refletir sobre os pressupostos levantados, objetiva-se aqui refletir sobre a construção de elementos que balizem as políticas de informação voltadas à pessoa idosa, baseando-se nos pensamentos de Simone de Beauvoir e Helson Flávio Silva Sobrinho, no escopo da Ciência da Informação.

Para tal, identificamos na literatura estudada, os olhares voltados à pessoa idosa nos imaginários coletivos e nos contextos socioculturais; mapeamos, nos *sites* do Governo Federal brasileiro, as políticas públicas de informação voltadas para pessoa idosa, por meio dos documentos oficiais de atenção ao idoso; levantamos, nas bases de dados, as produções científicas em CI que reflitam sobre a pessoa idosa e sobre as políticas de informação relacionadas à ela; comparamos amparar as políticas de informação e as produções científicas mapeadas à vista das reflexões de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007); e propomos elementos que balizem as políticas públicas de idosos à luz de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007).

Vale salientar que iniciamos este texto trazendo já uma primeira, senão a mais importante justificativa para o estudo. Porém, como a justificativa para a realização de uma pesquisa científica precisa ter clara as evidências sobre a necessidade de

conhecimento nos aspectos pessoais e profissionais, técnico-científicas e sociais, trataremos de cada um desses aspectos nos próximos parágrafos.

Como já registrado, de início, o interesse pela temática surgiu a partir de algumas vivências do discente. A formação e o trabalho na área da saúde levaram ao desejo de refletir sobre a importância do envolvimento da informação e suas políticas para os idosos, uma vez que, muito além do reconhecimento sobre seus direitos, percebe-se maior necessidade de atuação social dos idosos nos acontecimentos e setores sociais, fazendo valer, também a necessidade de processos informacionais que reflitam a solução de problemas que envolvem a faixa de idade acima dos 60 anos.

Nesse caso, os estudos adquiridos no processo de mestrado em Ciência da Informação ofertado pela Universidade Federal de Alagoas vêm suscitando a possibilidade de reflexões mais aprofundadas sobre o assunto. Então, no contexto pessoal e profissional, acreditou-se que esse trabalho pode contribuir para a compreensão acerca da velhice no desenvolvimento dos seres humanos e seu papel social junto às realidades contemporâneas. Contribuiu, também, com informações e conhecimento sobre os olhares das sociedades atuais junto à pessoa idosa, levantando as atuais problemáticas dessas visões e refletindo sobre suas possíveis soluções no espectro informacional.

No contexto da justificativa técnico-científica, essa investigação se mostrou original ao tentar proporcionar uma discussão timidamente trabalhada na CI. Acredita-se, nesse sentido, que a pesquisa possa potencializar as reflexões sobre as políticas em voga no escopo da CI. Além do mais, acreditou-se que a pesquisa pode ser considerada uma produção científica que venha contribuir com a produção, mediação, disseminação e gestão da Informação voltadas à pessoa idosa, o que concerne às informações demandadas por essa população.

Quanto à justificativa social acreditou-se que essa investigação foi necessária, já que poderia contribuir para chamar atenção da sociedade como um todo e, essencialmente dos cientistas da informação e do poder público para a necessidade de construção de políticas de informação que demandem as necessidades mais prementes da pessoa idosa (direitos, deveres, atenção à saúde etc.). Esse fato pode possibilitar a oportunidade de refletir sobre a pessoa idosa, sobre as diferentes óticas que envolvem o entendimento e os conceitos que a permeiam e as relações estabelecidas a partir de grandes nomes que vislumbram o tema: Beauvoir e Silva Sobrinho.

Em meio a todas essas justificativas foi possível observar a necessidade de um olhar sobre a idealização de uma política pública de informação voltada à pessoa idosa

no Brasil, de forma clara e efetiva. Essa investigação sugere que sejam pensadas nas perspectivas dos pensadores citados, voltadas às mudanças radicais na sociedade, de forma a desmascarar as ‘hipocrisias’ (nas palavras dos autores) que cercam a velhice.

Para tanto, essa investigação se dividiu entre as palavras introdutórias que abarcavam os objetivos (ver Quadro7, p. 82), pressupostos, problema de pesquisa e sua contextualização e os motivos por meio das justificativas de pesquisa; ao referencial que buscou contribuir com reflexões acerca da velhice; chegando aos processos metodológicos e suas análises e, finalmente, às considerações finais.

Por fim, acredita-se que o estudo aqui desenvolvido apresenta fatores com potencial a instigar a comunidade científica a pesquisar o processo de envelhecimento e suas necessidades, incluindo as informacionais, reforçando assim a idealização de políticas de informação efetivas para a faixa etária.

## **2 DIMENSÕES DO ENVELHECIMENTO HUMANO E REFLEXÕES A PARTIR DE BEAUVOIR E SILVA SOBRINHO: APRECIÇÕES VOLTADAS ÀS POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO**

À medida que a população idosa ganha mais densidade demográfica e se apresenta mais ativa na sociedade contemporânea, cresce a necessidade de políticas públicas de informação voltadas às suas atividades e necessidades. Nesse sentido, Sociedade e Estado devem estabelecer um ordenamento que estimule a construção e execução dessas políticas, implícita e explicitamente, preservando o livre acesso, a inclusão e a ampla difusão de informações para a pessoa idosa.

Para tanto, o entendimento sobre os aspectos e dimensões que envolvem a pessoa idosa é necessário, tanto para a sociedade e sua representação junto ao Estado, como para o próprio Estado. Neste trabalho buscou-se essa compreensão por meio da literatura científica Ocidental, além do enfoque brasileiro disponível para consulta, acrescido das análises de Simone de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007, 2014 e 2019).

### **2.1 “A velhice” sob os olhares de Beauvoir e Silva Sobrinho: apreciações necessárias e basais.**

Simone de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007, 2014 e 2019) trouxeram contribuições sobre a velhice. As leituras de ambos convergem para uma consciência humanizada do que seja a pessoa idosa e nos desdobramentos dos discursos sobre a velhice, essencialmente no que concerne ao papel do idoso na sociedade capitalista.

As reflexões de Simone de Beauvoir (1976) e de Silva Sobrinho (2007, 2014 e 2019) foram as bases de análise desta investigação. Portanto, esta seção traz alguns elementos importantes que serão utilizados como pontos de reflexão para o contexto da “fala de si”<sup>1</sup>, ou seja, o olhar sobre o idoso como reflexão surgidas das experiências pessoais (BEAUVOIR, 1976) e de observações que se debruçam sobre o outro (SILVA

---

<sup>1</sup> A frase foi extraída do livro *Escrita de Si, Escrita da História: a título de prólogo*, de Ângela de Castro Gomes (2004), é uma contribuição ao argumento teórico-metodológico. Apesar de, ter sido usado como fontes pelos historiadores, escritores, analistas, a sua coleção de documentos compostos por diários, correspondências, biografias e autobiografias, recentemente foram consideradas fontes privilegiadas de estudo e objetos da pesquisa histórica (GOMES, 2004).

SOBRINHO, 2007, 2014 e 2019). Esses dois vieses respondem, respectivamente, aos dois autores mencionados neste estudo.

### 2.1.1 O Contexto de Produção de “*Uma Fala De Si*” de Simone de Beauvoir

Simone Lucie Ernestine de Marie Bertrand de Beauvoir (1908-1986), escritora francesa, nascida em Paris em 09 de janeiro de 1908, militante da filosofia existencialista, é considerada uma das maiores representantes do existencialismo na França. Filha de um advogado e leitor compulsivo, na adolescência já pensava em ser escritora (FRAZÃO, 2021).

Entre 1913 e 1925, estudou no *Institute Adeline Désir*, uma escola católica para meninas. Em 1925 ingressou no curso de matemática do Instituto Católico de Paris e no curso de literatura e línguas no *Institute Saint-Marie*. Em seguida, estudou Filosofia na Universidade de Sorbonne, onde entrou em contato com outros jovens intelectuais como René Maheu e Jean-Paul Sartre. Em 1929 concluiu o curso de Filosofia e em 1931, com 23 anos, foi nomeada professora de Filosofia na Universidade de Marseille, onde permaneceu até 1932. Em seguida, foi transferida para Ruen. Em 1936, retornou à Paris como professora de Filosofia do *Lycée Molière* (FRAZÃO, 2021).

Sua obra, *La vieillesse*, nos permite refletir, em pleno século XXI, a sociedade Ocidental, a partir da sua inserção na Antiguidade clássica greco-romana. A abordagem inclui a mulher, a criança, o adolescente, conjugada a temas diversos tais como, saúde, tecnologia, inclusão social, *homo sapiens*, corpo humano, além de outros. Entre os autores selecionados, buscou iniciar uma análise que questionava a ótica da sociedade capitalista em que a velhice é algo vergonhoso, o que tornava dispensável falar das formas do envelhecimento.

A obra se divide em dois grandes eixos: o primeiro observa a Velhice sob o ângulo da “exterioridade”, ou seja, de uma literatura que examina de fora a velhice tanto na perspectiva da biologia quanto da etnologia. Em seguida, passa a examinar o tema sob o viés das sociedades que integram ciclo do escravismo clássico greco-romano, o medieval, a transição feudalismo/capitalismo, até a sociedade contemporânea. Logo, temos uma obra rica em fontes, sejam elas bibliográficas e/ou documentais. Todo o registro bibliográfico, documental e imagético, utilizado por Beauvoir, traz esse olhar que busca inquirir, perscrutar as formas de tratamento dadas às pessoas idosas, quer se

apropriando do que resiste como força física e mental, quer se apoiando no que estiola essa mesma força biológica, motriz e mental.

Enquanto, o segundo eixo discute a velhice, enquanto “o *ser-no-mundo*”, ou estar-no-mundo, a sua historicidade, enquanto processos dialógicos e contraditórios intrínsecos porque sujeitos à inevitabilidade das tensões e conflitos no interior desses mesmos processos onde interagem corpo, mente, alma, cotidiano, tempo e história.

A autora em foco constata que “A atitude da sociedade para com os velhos é profundamente ambígua” (BEAUVOIR, 1976, p.7). Em geral, ela não encara a velhice como uma fase da idade nitidamente marcada. Para a autora, a crise da puberdade permite traçar entre o adolescente e o adulto uma linha de demarcação que é arbitrária apenas dentro de limites estreitos: com 18 anos, com 21 anos, os jovens são admitidos na sociedade dos homens. O início em que começa a velhice é mal definido, varia de acordo com as épocas e lugares. Não se encontram, com facilidade, “ritos de passagem” que estabeleçam um novo estatuto.

Beauvoir afirma que a questão da velhice vem de longa data, desde os nossos processos civilizatórios. Durante muito tempo não existiam pesquisas médicas para entender o processo de envelhecimento e somente a partir do século XX, com o surgimento da Gerontologia, que tivemos uma sistematização de estudos e pesquisas.

Observa-se em pesquisa da literatura brasileira sobre velhice, uma clara tendência teórica de pulverização e descontinuidade de temas e campos de pesquisa. Os traços de preconceito na pesquisa brasileira sobre velhice refletem os preconceitos científicos que, tradicionalmente, caracterizaram a pesquisa norte-americana e europeia, notadamente, os advindos da Gerontologia Social e da Medicina (SBGG, 2021).

Embora o aparecimento da Gerontologia tenha otimizado o nosso tratamento da questão, não foi suficiente para mudar a nossa opinião e posicionamento perante a velhice. Dado que, Simone de Beauvoir (1976) nos mostra, com nitidez que, muitos dos métodos, utilizados nos estudos e pesquisas dos Gerontologistas, tratam o sujeito a partir do ponto de vista externo. Refere-se à velhice como algo que acontece aos outros, resultando desse modo soluções abstratas e bem diferentes da realidade prática e viva. A senescência, afirma o gerontólogo americano Howell “[...] não é uma ladeira que todos descem com igual velocidade. É um lanço de degraus irregulares pelos quais alguns se despencam mais depressa que outros”. (HOWELL *apud*. BEAUVOIR, 1970 p.34).

Para Beauvoir (1976, na sociedade ideal, pode-se imaginar que a velhice, por assim dizer, não existiria. Como acontece em certos casos privilegiados, o indivíduo

secretamente enfraquecido pela idade, mas não aparentemente debilitado, seria um dia acometido de uma doença à qual não resistiria; morreria sem ter passado por uma degradação. A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que este rende. Os jovens sabem disso e sua ansiedade, no momento em que abordam a vida social, é simétrica à angústia dos velhos no momento em que são excluídos dela. Nesse meio tempo a rotina mascara os problemas.

Na verdade, para o gerontólogo americano Howell (1970), a última idade seria realmente conforme à definição que dela dão certos ideólogos burgueses: um momento da existência diferente da juventude e da maturidade, mas com seu próprio equilíbrio e deixando aberto ao indivíduo um grande leque de possibilidades (BEAUVOIR, 1976).

Neste ínterim, de acordo com a autora, a morte pertence àquela categoria na qual alinhamos a velhice e que Sartre chama de “irrealizáveis”; o ‘por-si’ não pode atingi-la, nem se projetar em sua direção; ela é o limite externo das possibilidades da velhice e não da própria possibilidade. De acordo com seu livro “A Velhice”, estamos distantes de alcançar uma sociedade que crie condições culturais, em que jovens adquiram meios de captar, de saber ouvir e de descobrir com clareza e inteligência as condições em que são criadas as políticas da velhice. Mais que isso: estamos longe de uma sociedade que entenda a velhice não como um passo para a morte, e sim, como mais uma etapa da vida. O tratamento que dispensamos à velhice “[...] denuncia o fracasso de toda a nossa civilização” (BEAUVOIR, 1976, p.9).

Envelhecer, ao que aparenta, é uma das mais difíceis etapas da vida de um ser humano porque não somos capazes de ver além das alterações físicas. Vivemos em uma cultura em que os jovens e adultos procuram ignorar a realidade da velhice progressiva de cada um. Com a evolução do progresso moderno, diminuimos o valor do envelhecer. Não consideramos o idoso como detentor e possuidor de extensos e sólidos conhecimentos, talentos e experiências que podem ajudar e auxiliar as gerações futuras.

O que fazemos, na realidade, é um trabalho contínuo de “sufocamento”. Ao contrário de valorizarmos a experiência, advinda com a idade, a “maturidade”; limitamos, reduzimos e sufocamos a memória e os projetos dos idosos, roubamos-lhes a confiança, as possibilidades de caminho e de sentido. “Recusamo-nos a nos reconhecer no velho que seremos.” (BEAUVOIR, 1976, p.8).

Para a autora, não se quer pensar que todo esse processo acontecerá também conosco, se tivermos a sorte (ou será azar?) de vivermos tanto. Esse sufocamento encontra-se refletido na dificuldade que temos de nos reconhecermos velhos. Crê que o

problema não é a idade em si, mas as limitações, dificuldades que a maioria de nós relaciona com o processo de envelhecimento.

E afirma que, no momento em que, alguém nos diz ter uma mente de vinte, num corpo de sessenta, quer nos dizer, em verdade, que a sua idade não implica em uma limitação de suas possibilidades sociais. Essa pessoa nos pede para não lhe roubarem o direito de participar ativamente da vida em sociedade. Mudar esse quadro significa deixar de entender a velhice como um fim e passar a entendê-la com um estágio do desenvolvimento humano. Isto é, ao invés de pensarmos no idoso como um ser humano acabado e “descartado”, deve-se associar sua imagem à potencialidade humana de conquistar e traçar projetos.

Beauvoir (1976) enfatiza, ainda que a questão seja, ainda, a desvalorização da força produtiva. Em nossa sociedade, na maioria das vezes, as pessoas são transformadas em um conjunto de transações econômicas dentro de um mercado de trabalho. A partir do momento em que um indivíduo se torna improdutivo dentro desse mercado, onde se espera sempre mão de obra ativa e forte, “as portas se fecham”. Simplesmente passa-se a encarar o idoso como um ser que nada mais pode fazer pelo crescimento da sociedade. Seus interesses não são pertinentes e sua vida se resume em esperar a morte.

De acordo com Beauvoir, todos os sistemas políticos e econômicos vigentes objetivam apenas usar os cidadãos para fortalecer a obtenção de bens pelo lucro e assim, fortalecer "o capital": a base de sustentação de todo o sistema capitalista. Desse ponto, após a usurpação máxima da força de trabalho, seja ela técnica, operacional ou intelectual, esse indivíduo é tido como inútil. E, para que ele não pleiteie seus Direitos plenos, o Estado lhe concede um benefício mínimo, sob a forma de aposentadoria, com o intuito de fazer com que esse cidadão tenha apenas o indispensável. Este benefício que, no final de todas as suas lutas e trajetória receberia, nem todos têm direito sob a justificativa de que precisam cumprir os requisitos da lei da previdência.

Este é um exemplo determinante da necessidade de políticas públicas de informação que cumpram seu papel na construção da vida trabalhista desde os mais jovens, passando pela fase da maturidade e complementando para que o idoso possa ser beneficiado e orientado.

No livro “A Velhice”, Beauvoir (1976) aborda essa fase do desenvolvimento humano de forma política, histórica, antropológica, sociológica e filosófica. A autora traz uma consciência política para seus leitores por meio de referências, notas, menções, citações e alusões aos estatutos estabelecidos nas várias sociedades existentes: a partir das

sociedades conhecidas através dos mitos e lendas (conforme a mitologia grega e as lendas africanas), passando pelas primeiras civilizações que possuem registros fósseis e manuscritos (como as da Mesopotâmia). E, concluindo com a contemporaneidade do século XX, com o surgimento da Gerontologia e o seu desdobramento no século XXI.

Aborda a ótica de que o idoso se sente envolvido num movimento tão acelerado da história moderna que o faz sentir-se desvalorizado. Assemelha, a ele, estar sendo destruído o que se construiu ontem em que não lhe é mais possível sentir-se aceito e valorizado como detentor de sabedoria e experiência a serem transmitidas às futuras gerações. Muito longe de oferecer ao indivíduo um recurso contra seu destino biológico, assegurando-lhe um futuro póstumo, a sociedade moderna o rechaça, ainda vivo, para um passado ultrapassado. “[...] Outrora, imaginava-se que em cada um, ao longo dos anos, acumulava um tesouro: a experiência” (BEAUVOIR, 1976, p. 277).

Em meio à crise cultural e a falta de políticas que abala o mundo contemporâneo, é preciso traçar novos e efetivos caminhos para a humanidade. Como disse Simone de Beauvoir, “Se a cultura não fosse um saber inerte; [...] se fosse prática e viva; se através dela o indivíduo se realizasse e se renovasse ao longo dos anos, em todas as idades ele seria um cidadão ativo e útil.” (BEAUVOIR, 1976, p. 388).

### **2.1.2 O Contexto de Produção de uma Fala Sobre o Outro: Helson Flávio da Silva Sobrinho**

Helson Flávio da Silva Sobrinho é doutor em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2006) com estágio de doutoramento no Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Pública de Campinas (UNICAMP) (SILVA SOBRINHO, 2022).

Possui graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal de Alagoas (2002). Professor de Análise do Discurso, Semântica, Teoria Linguística, Leitura e Produção Textual em Língua, foi vice coordenador do curso de Graduação em Letras, vice-diretor da Faculdade de Letras (FALE-UFAL), membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura (PPGLL/UFAL) e membro do Comitê Assessor de Pós-Graduação da UFAL. Fez parte da Diretoria da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN) - (2016-2018) como primeiro

secretário. Exerceu a função de Coordenador de Pós-Graduação na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEP-UFAL) entre 2016 e 2018.

Atualmente é membro do Núcleo Docente Estruturante (NDE) da FALE-UFAL, do Colegiado Programa de Mestrado Profissional em Letras – (PROFLETRAS), do Colegiado da Graduação (Português). Possui Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e atua nas áreas de Linguística, Letras e Artes. Suas pesquisas abordam principalmente os seguintes temas: Discurso, Velhice, Língua e Sociedade, Mídia, Educação e desenvolve pesquisas teóricas sobre a relação Análise do Discurso e Materialismo Histórico e Dialético (SILVA SOBRINHO, 2022).

Para Silva Sobrinho (2014) os sentidos de “velhice” são tomados como “sinais” (naturais) e são produzidos e reproduzidos tradicionalmente, nos últimos anos, um grande desafio de investigação, incluindo-se um trajeto de sentidos sobre a velhice na sociedade capitalista brasileira buscando entender a dialética do discurso que materialmente teve o movimento de produção/transformação das relações de produção.

Em seus estudos, a importância da posição teórico-metodológica e principalmente política, compreende os sentidos como traços das diferenças históricas, visto que elas determinam a representação social da velhice para os sujeitos em sociedade. Logo, o pressuposto torna-se a existência de relações sociais determinadas e sustentadoras das condições em que vivem os velhos/idosos, assim como do próprio dizer e/ou não dizer sobre a velhice, que, em sua formulação discursiva, se efetiva, dialeticamente, nas práticas sociais.

Silva Sobrinho se baseia na dialética no discurso que segue a ligação teórica e metodológica da “Análise do Discurso” (AD) que trabalha a relação contraditória entre língua, história, sujeito e ideologia. Destaca as três áreas do conhecimento citadas por Pêcheux e Fuchs (1997) o **Materialismo Histórico**, com a teoria das formações sociais, incluindo aí a ideologia; a **Linguística**, com a teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; e a **Teoria do Discurso**, com a teoria da determinação histórica dos processos semânticos, atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

No entendimento Pêcheux (1975), o fundador da Análise do Discurso (AD), a AD compreende que o sentido não existe em si mesmo, visto que sofre o efeito da determinação das posições ideológicas em jogo nos processos sócio-históricos (SILVA SOBRINHO, 2014).

Considerando que a história resulta das práticas sociais dos sujeitos, a AD leva em consideração a raiz do fazer e fazer-se dos homens, uma vez que a forma de ser dos sujeitos e a produção do discurso resultam das relações materiais que praticam, ou seja, da produção material da própria vida, no qual se estabelecem relações determinadas que constituem a produção de sentidos. É nesse caminho que Silva Sobrinho pretende esclarecer as condições histórico-concretas da produção do discurso sobre a velhice a fim de compreender como é discursividade em seu processo histórico e dialético. Este feito justifica a escolha deste autor para basear essa investigação, junto às análises de Beauvoir, pois convergem suas estruturas dialógicas sobre a velhice.

Nessa investigação as reflexões realizadas por Silva Sobrinho, tanto em 2014 quanto em 2019, são levadas em conta à medida que seus escritos trazem afirmações históricas que permitem a produção de sentidos sobre a velhice que implicaria movimentos, desdobramentos e transformações dos gestos que interpretam, ideologicamente, os sentidos produzidos sobre a condição/vivência do “velho/idoso” na sociedade brasileira.

Afirma que os sentidos de velhice que têm circulado na sociedade contemporânea (re)velam os interesses em jogo no sistema capitalista. Isto permite volver o olhar para os conflitos sociais e embates históricos da atualidade em seu processo dinâmico e contraditório nas relações sociais de produção.

Silva Sobrinho (2019) busca compreender os sujeitos a partir de determinadas relações entre si e com a natureza – essa é a base material de existência de toda sociabilidade humana. Reconhecer esse pressuposto é, para o autor, atentar para o fato de que o real do discurso está justamente nas suas determinações histórico-sociais. Isso exige fazer referência à base material da sociedade capitalista que, fundada na divisão e exploração do trabalho e na propriedade privada dos meios de produção, torna tudo mercadoria, inclusive o próprio sujeito e o sujeito idoso.

Nesse sentido, afirma que “[...] o movimento do discurso é um processo dialético” (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 1120). Por essa razão, os efeitos de sentidos precisam ser tomados como processo dinâmico e contraditório de reprodução/transformação, pois, conseqüentemente, atuam nas lutas sociais antagônicas, manifestando-se, dialeticamente, nos espaços que Pêcheux chamou de campos paradoxais. O discurso sobre a velhice obtém esse caráter paradoxal que se baseia, porquanto, nas “tentativas” determinadas de reconfiguração de sentidos como forma de tornear e/ou contornar as contradições do sistema capitalista.

Silva Sobrinho (2014, 2019) coloca em seus apontamentos que o sistema capitalista e sua exploração de trabalho que torna tudo mercadoria, inclusive o próprio sujeito (idoso), que é “jogado fora” quando “aposentado”, é tido como “culpado” (responsável) pela crise da previdência social, por exemplo. Outrossim, a crise no mundo atual tem feito crescer o número de desempregados entre jovens e velhos e tem afetado a constituição do discurso sobre a velhice. Esse discurso, em seu movimento contraditório (parafrático e polissêmico; efeito e trabalho), vai direcionar e sustentar sentidos em face dos desafios atuais.

Reforça que vivemos sob o regime de Estado neoliberal e que o interesse (cuidado e proteção) ao idoso, ao longo prazo, já não funciona no mundo capitalista. Para o autor, o material humano só desperta interesse na medida em que pode ser produtivo. É, em seguida, rejeitado. Para exemplificar, o sujeito trabalhador “velho/idoso” continua, contraditoriamente, a ser considerado um “fardo/coisa”.

Essa realidade existe para todos os cidadãos, desde crianças até os idosos, porém, ela não é vista de forma tão clara devido às rotinas da vida - jornada de trabalho, jornada de estudos, a pressão exercida pelas muitas provas da vida, a busca incessante pelo lazer que nunca é o bastante.

Com efeito, a materialidade discursiva encontra dizeres que sinalizam uma tentativa de reconfigurar os sentidos de velhice, numa construção discursiva do tipo: “Velho não é Y, velho é X”. Esse processo – afetado pela historicidade do sentido – faz pensar que é possível mudar determinados sentidos apenas pela “intencionalidade” do sujeito, afirmando: “[...] a gente quer dar um novo significado à palavra VELHO” (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 1122). O autor ainda enfatiza que a sociedade determina o lugar e o papel do velho. Esse posicionamento, diríamos até “estrategista”, parece implicar uma substituição de sentido “negativo” de velhice (como aquele “alguém que já deu o que tinha de dar na vida”) pelo, mediante o efeito de deslize, sentido de “velho” como detentor da “sabedoria e experiência”. Para isso, o discurso retoma uma memória na tentativa de reformular os efeitos, “dar um novo significado”, mediado por outro discurso que se manifesta com caráter semelhante a um dizer pedagógico e próximo do autoritário: “Apoie. Respeite. Valorize” (SILVA SOBRINHO, 2014, p. 1123).

Assim sendo, o autor pensou o processo discursivo como movimento e reformulação do discurso que se efetua nas práticas históricas dos sujeitos. Para ele, a prática de dizer o mundo, os sujeitos e os sentidos se constituem simultaneamente. Não

há sentido natural, nem mesmo sujeitos prontos, dos quais se esperariam determinadas atitudes e práticas, pois sentidos e sujeitos se constituem nos processos históricos.

## 2.2 A pessoa idosa

Quando se fala em velhice, muitos remetem para o último ciclo da vida, que independe das condições fisiológicas e costumes, se acredita no imaginário coletivo que esse segmento pode vir acompanhado de perdas da saúde e limitações das convivências no meio social e, até mesmo, cultural. Outros ainda acreditam que a velhice é uma experiência individual e programada pelo tempo.

De acordo com Freitas (2010), é fato que o ser humano passa pelo processo de envelhecimento, transformações físicas e fisiológicas, ou por fatores ambientais que fazem com que as pessoas idosas apresentem aspectos que aceleram o processo de envelhecimento e declínio do idoso, seja por ordem fisiológica ou social.

Entretanto, podemos apresentar as principais dúvidas ao redor do termo velhice que dispõe de uma série de definições e conceitos, chegando até mesmo aos fatores pejorativos e em estigmas da sociedade. Esses termos e definições devem ser compreendidos em sua totalidade porque o processo de envelhecimento é, simultaneamente, um fenômeno psicossocial e de saúde considerando que certos comportamentos são apontados como características da velhice. Sendo assim, é relevante salientar que “Como todas as situações humanas, a velhice tem uma dimensão existencial, que modifica a relação da pessoa com o tempo, gerando mudanças em suas relações com o mundo e com sua própria história.” (FREITAS, 2010, p. 408).

Também caracterizada como “terceira idade”, em conformidade com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a “velhice” é a fase definida pelo o indivíduo que tem mais de 60 anos e que muitas vezes, carregam consigo muitos preconceitos estereotipados oriundos dos processos históricos da humanidade e os surgidos nas sociedades contemporâneas. Para a OMS, um exemplo disso está na contribuição da pessoa idosa para a economia, de modo geral. Sendo assim adverte que

[...] o envelhecimento da população é um dos maiores triunfos da humanidade e também um dos nossos grandes desafios. Ao entrarmos no século XXI, o envelhecimento global causará um aumento das demandas sociais e econômicas em todo o mundo. No entanto, as pessoas da 3ª idade são, geralmente, ignoradas como recurso quando, na verdade, constituem recurso importante para a estrutura das nossas sociedades. (OMS, 2005, p. 08).

É considerado “idoso”, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pessoas acima de 60 anos. Para a instituição o crescimento dessa população no país cresce a cada ano. Em conformidade com Beltrão, Camarano e Kanso (2004) *apud* Lima (2011, p. 16)

[...] esse fenômeno pode ser exemplificado por um aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população nacional de 4% em 1940, para 8,6% em 2000, observando-se ainda, que nas últimas seis décadas, o número absoluto de pessoas com mais de 60 anos aumentou nove vezes – em 1940 era de 1,7 milhão e em 2000, de 14,5 milhões, sendo projetado para 2020 um contingente populacional idoso de aproximadamente 30,9 milhões de pessoas com 60 anos ou mais.

Nesse sentido, podemos perceber que o Brasil necessita de uma preparação mais efetiva e robusta para que possa lidar com as transformações demográficas da população idosa e com os impactos sociais e econômicos que ocasionam. Nota-se a necessidade de investimentos, dentre outras coisas, na área da saúde, educação, infraestrutura, segurança pública (VERAS, 1997) e, sobretudo de acesso à informação.

### **2.2.1 A Pessoa Idosa no Brasil**

O contexto da pessoa idosa no Brasil vem sendo, cada vez mais, mediante as transformações diante do mundo globalizado e do aumento expressivo da população idosa no país, construído e formalizado. Para a OMS (2005) ao idoso podem ser conferidos direitos na Política Nacional do Idoso (Instituída pela Lei Federal nº. 8.842 de 1994), e no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº. 10.741 de 2003).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) o Brasil, em breve será um dos países com uma das populações mais velhas no mundo (BRASIL, 2018). O Instituto sugere que com o processo de envelhecimento no Brasil e, também no mundo, é necessário, cada vez mais, estudos voltados para a população idosa, pois quando se analisa que, no contexto histórico no decorrer das décadas, o fotograma do processo de envelhecimento no Brasil se apresenta exponencial. Além disso, também se constata, por meio das análises e estudos sobre essa evolução histórica, que cresce junto o descaso com a dita população. Outro fato importante é que, se constata que “ser velho” no país é sinônimo de improdutividade, ocasionando desemprego e desigualdade.

Nesse sentido, Félix (2016) afirma que é preocupante enxergar que essas pessoas estão perdendo seus valores e direitos no decorrer de suas vidas, essencialmente no que

concerne aos processos de contribuições sociais, econômicas e trabalhistas que permitem com que a pessoa idosa se sinta, cada vez mais viva, envolvendo, inclusive, reflexões sobre os processos relacionados a maior participação da “pessoa madura” caracterizadas por aquelas a partir dos 50 anos e que não tenham chegado, ainda, na faixa etária que assinala a pessoa idosa.

Segundo o autor:

[...] faz-se, assim, necessária uma revisão da Política Nacional do Idoso - PNI, para criar uma integração desta população com o estatuto previdenciário e as leis trabalhistas. [...] a PNI carece de eficácia para garantir: i) a empregabilidade do trabalhador maduro (a partir de 50 anos); ii) a “integração segura” deste segmento no mercado de trabalho; e iii) a não fragilização da segunda metade da carreira do trabalhador, a qual irá comprometer a sua sustentabilidade na velhice e, principalmente, os critérios de sua aposentadoria. (FÉLIX, 2016, p. 259).

Para Félix (2016) as lutas de classes, históricas do mundo capitalista, fazem com que as pessoas sejam reféns da sonhada aposentadoria. As mídias sociais, como propagandas de TVs, *Outdoors*, acentuam a imagem de que o idoso se torna um símbolo de abundância ao conquistar a tão sonhada aposentadoria, apresentam esta época como se fosse chegada a hora para aproveitar o melhor da vida por meio de viagens, curtidão e de momentos de lazer, usufruto de seu grande prêmio: a aposentadoria, considerada a recompensa de uma vida de trabalho.

No entanto, a realidade capitalista é bem diferente: apresenta sérias necessidades de mudanças e projetos que coloquem a pessoa idosa em situação de cuidado e atenção relativos às necessidades nos âmbitos de saúde, trabalho, lazer, informacionais e direitos. Na maioria das vezes, a pessoa hoje idosa apresenta um histórico pautado na realidade da classe trabalhadora: começam muito cedo no mercado de trabalho enquanto tem força e vigor em sua juventude, muitas das vezes abrindo mão da sua própria saúde e, no decorrer dessa jornada adquirem doenças ocupacionais entre outras doenças. Ao chegar na velhice, com a aposentadoria que lhe é atribuída, apresentam-se dificuldades em arcar com a própria sobrevivência.

Em conformidade com Félix, o complexo quadro de mutações das realidades sociais, econômicas e trabalhistas contemporâneas modificam as estruturas de classes, as relações sociais, políticas, ideológicas, valorativas etc., o que implica diretamente na “[...] fragilização da segunda metade da carreira. Portanto, fortalece a vulnerabilidade da pessoa idosa que quer ou precisa manter-se no mercado de trabalho, seja por razões de renda, seja para atingir os critérios para a aposentadoria.” (FÉLIX, 2016, p. 241).

Esse retrato da pessoa idosa no Brasil, descrito por Félix traz como cenário a visão do quão é necessária a criação de novas políticas públicas voltadas para idosos, inclusive as de informação, que de fato sejam implantadas e executadas, englobando os contextos psicossocial e informacional, que seja de fácil acesso.

Outros retratos da pessoa idosa do Brasil são explorados por pesquisadores, epidemiologistas, estatísticos e outros, a exemplo de Mendes et. al. (2005). De acordo com os autores, esses retratos por meio de investigações científicas são formalizados em produções nacionais e internacionais e, ao que se percebe, convergem para um mesmo olhar: a necessidade de criação e efetivação de políticas públicas específicas que atendam a essa população.

### **2.3 Gerontologia e geriatria**

Os escritos de Beauvoir (1976) mostram pontos de vista a partir de estudos e pesquisas da Gerontologia e Geriatria. Este fato faz com que possamos abordar, brevemente, nesta investigação as áreas. Conforme a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), Gerontologia é a especialidade que se integra à medicina, como instrumental específico para atender aos objetivos da promoção da saúde, da prevenção e do tratamento das doenças, da reabilitação funcional e dos cuidados paliativos. Abrange desde a promoção de um envelhecer saudável até o tratamento e a reabilitação do idoso. Para a SBGG (2021), o processo de envelhecimento impacta no comportamento orgânico, demandando abordagens diferenciadas.

Já a Geriatria é uma especialidade exclusiva da medicina que forma o geriatra, com formação centrada nos cuidados específicos às pessoas idosas. Trata-se do especialista que, após ter feito residência médica credenciada pela Comissão Nacional de Residência Médica e/ou ter sido aprovado no concurso, obtém o título de Especialista em Geriatria da SBGG (SBGG, 2021).

O geriatra é um médico que utiliza uma abordagem ampla para a avaliação clínica, incluindo aspectos psicossociais, escalas e testes. Por isso, a consulta geriátrica é, em geral, mais demorada. Além de lidar com doenças como as demências, hipertensão arterial, diabetes e a osteoporose, o geriatra também trata de problemas com múltiplas causas, como tonturas, incontinência urinária e tendência a quedas. Ele também fornece cuidados paliativos aos pacientes portadores de doenças sem possibilidade de cura.

Frequentemente, atua em conjunto com equipe multidisciplinar, como na avaliação de tratamentos adequados e daqueles que trazem riscos e/ou interações indesejadas (SBGG, 2021).

Partindo dos estudos em gerontologia, despontou entre os pesquisadores a necessidade em refletir sobre a assistência integral à pessoa idosa. Com o aumento expressivo dessa faixa etária de idade, a sociedade discute a necessidade de uma assistência cada vez mais especializada ao público idoso. Nota-se a deficiência e a falta desses serviços nas Unidades de Saúde (US), tanto nos serviços públicos como no privado. A falta de políticas públicas de informação e saúde efetivas, voltadas à pessoa idosa é visível em todo o âmbito nacional (BRAGA, 2016).

A Gerontologia e a Geriatria, consideram todo o conjunto de processos relacionados ao processo de envelhecimento. Neste ínterim tem se destacado alguns dados expressivos do aumento da população idosa no mundo.

Ao longo de uma década, o contingente de pessoas com 60 anos ou mais no Brasil aumentou de 10,7 milhões para 14,5 milhões, representando um aumento de 35,5% nesse período. Estima-se, que nos próximos vinte anos, o número de idosos brasileiros poderá ultrapassar os 30 milhões, representando 13% da população. Segundo a Organização Mundial da Saúde, nos países em desenvolvimento, considera-se terceira idade os indivíduos a partir dos 60 anos (LAZZAROTTO, 2008, p. 1834).

Também essas áreas se preocupam com o aumento expressivo da população idosa e com a relevância das políticas públicas de informação e atenção à saúde da pessoa idosa.

## **2.4 A informação e as barreiras informacionais da pessoa idosa**

As reflexões sobre a “informação” são de extrema importância em diferentes áreas do conhecimento. Além disso, os atos de informar e informar-se requerem atenção, verificação e confiabilidade com o foco na qualidade, pois são requisitos de cidadania. Sendo assim, pensar informação voltada às realidades da pessoa idosa é pensar na cidadania na perspectiva da velhice e seus entrelaçamentos com as políticas públicas sob os enfoques do conhecimento jurídico, educacional, informacional, de saúde e econômico (d’ALENCAR; POMPEO, 2016).

Nessa perspectiva, é lícito pensar que a informação é um direito de todos e que também é dever do Estado fornecer e orientar a sociedade sobre os diferentes meios de

busca, acesso e uso da informação por meio da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que enfatiza:

Art. 3º Os procedimentos previstos nesta Lei destinam-se a assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

I – observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;

II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;

III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;

IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;

V - desenvolvimento do controle social da administração pública (BRASIL, 2011, p. 01).

Sendo assim, a informação deve ser tratada de forma prioritária com a finalidade de orientação sobre os direitos e deveres da sociedade, como por exemplo, a divulgação de informações de interesse público e o fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública, fundamental para o conhecimento das atividades institucionais de cada município, estado e país.

O processo informacional tem a finalidade de apresentar e orientar sobre cada particularidade conforme o critério de busca dos usuários. Seguindo esse panorama informacional, verifica-se a grande necessidade do envolvimento e criação de critérios que incluam a pessoa idosa, facilitando a acessibilidade e proporcionando a inclusão informacional. Inclusão essa que possibilita a orientação acerca das atividades importantes voltadas ao público idoso, subsidiada por políticas públicas que garantam direitos, saúde, lazer, etc., por meio de critérios informacionais específicos para a pessoa idosa no território nacional.

No Brasil pode-se afirmar que existem barreiras informacionais enfrentadas pela pessoa idosa. Uma delas se caracteriza pela ausência de uma política pública de informação voltada, efetivamente, ao seu envolvimento com as tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs), tendo em vista o engajamento da pessoa idosa com a sociedade da informação.

No portal do Governo Eletrônico, existem algumas barreiras que podem dificultar o acesso de pessoas idosas ou com problemas de concentração, memória ou percepção ao uso das tecnologias, fazendo-as sentirem-se excluídas das questões da contemporaneidade informacional ou ‘analfabetas informacionais’ ou não competentes em informação:

Falta de consistência na organização das páginas; Falta de coerência na organização do conteúdo; Utilização de linguagem complexa sem necessidade; Parágrafos muito extensos; Utilização de fontes com serifa ou decoradas; Falta de clareza no conteúdo ou exemplos que facilitem a compreensão; Uso de imagens “piscantes” ou conteúdo que possa desviar a atenção do usuário; Texto justificado. (BRASIL, 2021, não paginado).

No entanto, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa da Câmara dos Deputados aprovou no dia 05 de agosto de 2021 o Projeto de Lei nº. 1257/21 [no entanto, ainda será analisado em caráter conclusivo pela comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ)], que determina que a preservação da saúde mental dos idosos prevista no Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº. 10.741 de 1º de outubro de 2003), compreenderá medidas que facilitem o acesso e a capacitação no uso de TICs, a fim de minimizar os transtornos mentais e cognitivos, típicos da idade, além de possibilitar meios de integração, convívio e aprendizado, diminuir a sensação de solidão.

Algo importante a se refletir sobre essas questões são os critérios a serem seguidos no tocante à arquitetura da informação dos *websites*. Há necessidade de que sejam adaptados, intuitivos e de fácil entendimento à pessoa idosa, buscando facilitar a compreensão das informações abordadas durante o acesso e busca por conteúdos que contribuam, diretamente, na satisfação da necessidade informacional (BRASIL, 2021).

De acordo com Tavares e Souza (2012, p.5) as tecnologias assistivas (TA) devem estar no cerne das políticas públicas de informação para idosos, pois são consideradas “[...] ferramenta, recurso, estratégia e processo desenvolvido e utilizado com a finalidade de proporcionar mais independência e autonomia”.

Para os autores, outras barreiras como as de saúde impedem a leitura de informações físicas e a busca por informações gerais, essencialmente as voltadas para os direitos, quando se precisa buscá-las ou acessá-las em outros espaços distintos os de sua vivência. Além disso, a dependência de muitos idosos dos “mais novos”, também fazem com que se sintam incapazes de buscar informações necessárias.

O uso da informação em conjunto com as tecnologias é indispensável em pleno século XXI. É por meio dela que conseguimos extrair saberes e conhecimentos e, no cenário que vivemos, é preciso conhecer e incluir a diversidade dos grupos sociais, reconhecendo suas necessidades informacionais, bem como, a maneira pela qual esses usuários acessam e utilizam a informação. Quando se fala da pessoa idosa se percebe que o acesso à informação é escasso.

Seguindo essa linha de raciocínio os autores Lucca e Vitorino (2019, p. 476), destacam que existem

[...] necessidades de informação de idosos pertencentes a camadas diversas da sociedade. A identificação das necessidades informacionais é útil para traçar estratégias para a promoção da competência em informação<sup>2</sup> desse grupo em ambientes de informação, a partir do processo de mediação da informação. Esses caminhos podem estimular a autonomia, o empoderamento pessoal, a qualidade de vida e a liberdade desses idosos, e podem reduzir substancialmente a situação de vulnerabilidade.

As necessidades de informação, citadas por Lucca e Vitorino (2019), predispõe que a falta de políticas públicas de informação para pessoa idosa no Brasil, causando grandes impactos para grupo: permite que a falta de conhecimento e habilidades com a informação virtualizada e digitalizada seja frequente; proporciona medo e tensão em utilizar as Tecnologia da Informação e Comunicação - TICs e as novas mídias sociais, dentre outras coisas.

Sobretudo, para Luca e Vitorino (2019) fica evidente a necessidade da inserção, e participação dos idosos no contexto informacional, a participação e representatividade social, para que os seus direitos e acesso a informação sejam implementados, pois nem sempre todos os segmentos populacionais são contemplados pela organização da informação, devido às relações de classes sociais, onde nem todos tem acesso, a jornais, livros, bibliotecas, museus, mídias sociais e Internet, muitas das vezes pelas condições socioeconômicas que os limitam.

De acordo com os autores, a inserção do idoso ao acesso à informação, não depende somente dele e sim da intervenção das instituições públicas que representem as classes sociais, a criação de políticas públicas de informação, a ampliação de espaços culturais que ampliem e proporcionem a interação dos usuários idosos, dando-lhes cursos de informática para a inclusão digital nos meios de comunicação, visando sua socialização.

---

<sup>2</sup> “[...] Conjunto de habilidades que exigem que as pessoas reconheçam quando as informações são necessárias e tenham a capacidade de localizar, avaliar e usar efetivamente as informações necessárias. Em outros momentos, existe a descrição da competência em informação como uma prática socialmente situada, sendo necessária para que as pessoas se tornem social e civicamente envolvidas em suas comunidades. Além disso, é um elemento crucial para o sucesso no mundo do trabalho, onde as pessoas estão vivenciando também rápidas mudanças tecnológicas.” American Library Association (2008) *apud* Belluzzo (2020, p. 02).

## 2.5 Políticas públicas de informação e a pessoa idosa

Informação é algo tido como essencial na sociedade e nas organizações públicas e privadas, sua disseminação tem se transformado ao longo dos anos. A ascensão de dispositivos móveis e o crescimento exponencial da utilização da internet proporcionou um ambiente ideal para o aumento da velocidade com que informações são geradas e disponibilizadas.

A política de informação é agente transformador na sociedade, ao mesmo tempo que garante o direito à informação, também democratiza seu acesso. Dessa forma, uma política de informação, de maneira geral, segundo Silva (1991, p. 12),

[...] deve ser um instrumento que integre a sociedade aos avanços científicos e tecnológicos, de forma participativa. Assim praticada, ela contribui para a melhoria do nível educacional, cultural e político, elementos básicos para o exercício pleno da cidadania.

Em consonância, uma política de informação também pode ser definida como um conjunto de:

[...] princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos interrelacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: a produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação e eliminação da informação. Política de informação compreende o acesso à e uso da informação. (HERNON; RELYEA, 1991, p. 176, *apud* JARDIM; SILVA; NHARRELUGA, 2009, p. 9).

Deste modo, discussões inerentes às políticas de informação vêm sendo contextualizadas cada dia mais em grandes organizações, para que possam ser criadas estratégias de gerenciamento, tratamento, armazenamento e disseminação da informação, tornando essencial a criação de políticas de segurança para o processamento da informação.

Contudo, as políticas de informação passaram a ser discutidas após a Segunda Guerra Mundial, nos países capitalistas, passando a ter mais visibilidade perante a sociedade. Novas demandas são pesquisadas no mundo globalizado principalmente através do uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). O advento da internet foi a chave para a difusão da informação e conseqüentemente impulsionou geração de conhecimento.

Neste sentido, a internet surgiu após a Segunda Guerra Mundial com o crescente aumento de registros e com a integração das potencialidades de recursos o que resultou na sua criação. Segundo Capobianco (2010, p. 175) a internet “é uma estrutura global que interliga os computadores e outros equipamentos para possibilitar o registro, produção,

transmissão e recepção de informações e a comunicação entre indivíduos independentemente da localização geográfica”.

A internet foi o principal alicerce que possibilitou um novo paradigma na sociedade, à medida em que os computadores eram interligados a uma estrutura global coexistiu um maior desenvolvimento entre a sociedade e suas diversas camadas.

A informação transmitida através da internet ganha proporções de alcance jamais vistas, fazendo-a única e insuperável até o momento, despertando assim o interesse de pesquisadores em explorar sua utilização para os mais variados fins. Percebe-se que com tamanho avanço o homem passa a ter um envolvimento entre seu meio, a internet impulsiona através de seus componentes, e conseqüentemente os torna cada vez mais influentes nas participações políticas, econômicas e sociais presentes na sociedade.

Com isso a internet passa a ter um grande valor dentro da sociedade, ela está por toda parte e passa a ter um papel chave na contribuição, possibilitando um ambiente de interação efetiva sobre discussões, amadurecimento e construções de conceitos relacionados às Políticas de Informação e a Ciência da Informação

Davenport (1998) identifica a política de informação como sendo um componente crítico que envolve o poder e a responsabilidade aos gestores pelo uso da informação, pois considera que em qualquer empresa, a informação é influenciada diretamente pelo poder, economia e política. No entanto, ações efetivas em prol da formulação de política informacional são pouco observadas nas organizações, muitas vezes pelas peculiaridades que a envolvem, tais como, disputa de poder, respeito à hierarquia, disputas pela informação, entre outras.

A política pública de atenção ao idoso se relaciona com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, bem como a ação reivindicatória dos movimentos sociais. Um marco importante, de acordo com Porto (2002), dessa trajetória foi a Constituição Federal de 1988 que introduziu em suas disposições o conceito de Seguridade Social, fazendo com que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque estritamente assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de cidadania.

Falar de políticas públicas para a pessoa idosa, incluindo a de informação para este grupo, requer antes conceituar as políticas públicas. Para Souza (2006, p. 5), embora haja muitas definições e, nem sempre consensuais, a política pública é “[...] um campo holístico, isto é, uma área que situa diversas unidades em totalidades organizadas, isso tem duas implicações. A primeira é que a área torna-se território de várias outras disciplinas, teorias e modelos analíticos”.

Nesta investigação elegeu-se o conceito de Souza (2006, p.26) em que as políticas de informação podem ser consideradas

[...] como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real. [...] as políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas. Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação.

Para Braga *et al.* (2016), a idealização de uma política pública é centrada com base nas necessidades sociais de um grupo ou comunidade composta por cidadãos, que impactam diretamente no cotidiano, sendo a junção de atividades que os governantes elaboram que agem diretamente ou através de delegação.

O impacto das políticas públicas tem início na visão de cada governo de modo social para idealização dos documentos com critérios que possam contribuir com a vida dos cidadãos contemplados com esses estudos sociais.

Nesse sentido, as políticas buscam colocar em prática as ações dos governantes, a partir das necessidades da sociedade e em diferentes grupos de cidadãos. Um dos exemplos dessas políticas é a voltada para o idoso. Pode-se destacar o documento público “Política Nacional do Idoso”, que pretende sempre colocar em prática as necessidades sociais, o direito e o acesso à saúde da pessoa idosa.

No Brasil a Política Nacional do Idoso, idealizada em 1994, foi um marco histórico para o grupo do país, assegurando os direitos em todas as esferas sociais. Para a Braga *et al.* (2016, p. 1), tal política

[...] criou normas para os direitos sociais dos idosos, garantindo autonomia, integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Essa política tem como objetivo, criar condições para promover a longevidade com qualidade de vida colocando em prática ações voltadas não apenas para os que estão idosos, mas, também, para aqueles que vão envelhecer.

Essa Política foi idealizada conforme a Lei nº. 8842/94 que tem o objetivo de assegurar os direitos humanos e sociais do idoso e que possibilita a sua autonomia na sociedade, como é estabelecido em seu Art. 1º. Ela tem sua base fñcada em cinco princípios estabelecidos no Art. 3º. Sendo:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta lei. (BRASIL, 1994).

Nesse sentido, as políticas públicas voltadas à pessoa idosa têm a finalidade de organizar e assegurar seus direitos. Para Ferreira, Santos e Machado (2012) são os poderes públicos os responsáveis por idealizar e colocar em prática as políticas públicas para idosos fazendo valer todos os direitos e deveres instituídos no documento.

Além disso, os autores afirmam que a construção de políticas de informação poderá ser grande aliada, não apenas à pessoa idosa, mas para outros tipos de políticas públicas. Para os autores,

[...] a implementação de uma política de informação é um desafio que muitos países devem enfrentar para participarem efetivamente da sociedade da informação. No entanto as políticas informacionais dos Estados, muitas vezes se reduzem ao desenvolvimento de programas e planos de caráter imediatista para concretizar suas decisões informacionais. São privilegiados os programas e as ações direcionadas para a dimensão material da informação, ou seja, a infraestrutura tecnológica, desenvolvendo redes informacionais que vão permitir o livre fluxo da informação (FERREIRA; SANTOS; MACHADO, 2012, p. 04).

O entendimento de política de informação tem o seu ponto de partida nas necessidades sociais, culturais, econômicas, administrativas, informacionais e políticas, envolvendo um estudo profundo (geográfico-populacional) que possa medir as necessidades de cada indivíduo. Para Frohmann (1995, p. 05),

Um objetivo legítimo e premente da pesquisa de política de informação é a representação clara de regimes de informação: como eles se originam e estabilizam; como eles determinam as relações sociais e como formas específicas de poder são exercidos neles e por meio deles. A descrição de uma política de informação, portanto, torna-se a descrição da genealogia de um regime de informação. Porque reconhece que a política de informação é feita e desfeita todos os dias em práticas sociais complexas e interativas.

Nesse contexto informacional, a CI apresenta uma base bibliográfica que contribui, grandemente, para estruturar uma política pública de informação, inclusive

voltada à pessoa idosa, a partir dos estudos sobre regime de informação (RI), baseados em resoluções de conflitos, buscando estabilizar os processos informacionais.

Em conformidade com González de Gómez (2002, p. 35):

O conceito de ‘regime de informação’ demarcaria um domínio amplo e exploratório no qual a relação entre a política e a informação – não preestabelecida – ficaria em observação, permitindo incluir tanto políticas tácitas e indiretas quanto explícitas e públicas, micro e macropolíticas, assim como permitiria articular, em um plexo de relações por vezes indiscerníveis, as políticas de comunicação, cultura e informação.

De acordo com a autora, a construção e efetivação de políticas de informação predispõe o entendimento do RI regionais, nacionais e transnacionais, a quebra de barreiras sob os RI impostos e lutas nos contextos das macros e micropolíticas, das políticas implícitas e explícitas, diretas e indiretas.

De acordo com os preceitos da autora, os estudos de RI são considerados pontos iniciais para idealização e estruturação de políticas efetivas de informação, em diferentes suportes e para diversos grupos sociais, buscando base consolidada no contexto informacional efetivo e necessário para o seu desenvolvimento.

Outro grande contribuinte com as questões sobre políticas de informação refletidas sobre os aspectos do RI é Frohmann (1995). O autor afirma que

Se a política de informação é definida como uma espécie de política do governo federal, então, no contexto prevalecente de arranjos políticos e econômicos em que o estado é pouco mais que um facilitador da acumulação de capital privado, a ausência de racional, independente, as políticas de informação nacionais coordenadas não deveriam surpreender. Essa ingenuidade sobre a economia política da informação surge em uma terceira limitação imposta pela Literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação - LIS pensando sobre estudos de Política de Informação - PI: sua estreita epistemologia foco. Formular uma política de informação que funcione e que os formuladores de políticas respeitem, muitas vezes é definido como o problema epistemológico de estabelecer a adequada base de conhecimento para uma disciplina acadêmica específica (FRONHMANN, 1995, p. 03, tradução nossa).

Nesse sentido, tomamos por base, as reflexões de González de Gómez (1996, p. 61) quando afirma que a informação é elemento constituinte dos fenômenos sociais, participa de embates e negociações pelos atores sociais, adquire papel de insumo para o conhecimento possuindo, portanto, “[...] um valor de conhecimento, diferente do valor e dos critérios deste valor que se aplicam ao conhecimento, a partir de sua própria definição”.

A partir desta reflexão, essa investigação baseia-se nos conceitos de Braman sobre as políticas de informação:

A política de informação é definida aqui como a política relativa a qualquer fase de uma cadeia de produção de informação, que vai desde a criação, passando pelo processamento, até seu armazenamento ou destruição (BRAMAN, 1995, p.4).

A autora ainda estabelece que:

Em seu uso corrente, a política de informação fornece um termo genérico para todas as leis, regulamentos e posições doutrinárias que lidam com informação, comunicação e cultura. Mais precisamente: A política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias - e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade - que envolvem a criação, processamento, fluxo, acesso e uso de informação (BRAMAN, 2011, p 3).

A autora considera o Estado como sendo a base de toda política de comunicação e informação uma vez que utiliza a política como instrumento de poder. Nesse sentido, as políticas de informação têm lugar preferencial nas agendas políticas dos Estados nacionais, quando são consideradas de valor estratégico, desde os anos 1970 e 1980.

Quanto à idealização de uma política pública de informação para a pessoa idosa no Brasil, também não é diferente do que se coloca acima. É imprescindível a ação e responsabilização do Estado, tendo em vista as reflexões de Lucca e Vitorino (2017, p. 09) quando afirmam que “[...] as perdas cognitivas e afetivas dos indivíduos que sofrem o processo de envelhecimento refletem no seu comportamento informacional”.

Para os autores é uma questão de entendimento da necessidade de acesso e disseminação da informação junto à comunidade idosa no Brasil. Trata-se da necessidade de um regimento político no tocante ao tratamento de informação necessária que contribua em forma de orientação e comunicação, não só nas áreas de saúde e direitos, mas, em contribuição com a inclusão social, cultural e de acessibilidade informacional da pessoa idosa.

Lucca e Vitorino (2017, p. 09) defendem que

[...] as necessidades de informação não são identificadas com tanta facilidade, e podem ser que também aconteçam menos no grupo de idosos. Os recursos informacionais utilizados para a busca da informação também diminuem com o decorrer da idade do indivíduo, a partir do início da velhice. Quando restam poucos recursos, a preferência dos idosos é a consulta a outros indivíduos como fonte de informação: profissionais, amigos, familiares. Os recursos tecnológicos representam pouca aceitação: a preferência dos idosos é o recurso “cara-a-cara”, numa intensa interação social.

Nesse sentido, entendemos que a necessidade informacional da pessoa idosa supera os fatores de simplesmente manter-se informado sobre seus direitos sociais e aspectos de saúde, mas, dizem respeito às suas necessidades físicas, psíquicas, emocionais, cognitivas, de saúde por meio de políticas de informação que abarquem, inclusive, o acesso aos meios tecnológicos de comunicação e informação. Assim sendo, essas políticas públicas devem visar suprir e entender esse processo informacional da pessoa idosa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia na pesquisa científica torna-se o ponto de partida para alcançar o objetivo efetivo dentro da perspectiva do estudo baseado nos fenômenos e hipóteses a ser abordado. “[...] É capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento” (PRAÇA, 2015, p. 73).

#### 3.1 Caracterização da pesquisa

A investigação se caracterizou por um estudo bibliográfico e documental que objetivou refletir sobre as políticas públicas de informação para a “pessoa idosa” no Brasil por meio das análises de periódicos da área da Ciência da Informação no Brasil com Conceito Qualis/Capes (B5 a A1), análises teóricas e explicativas baseadas nas obras de Simone de Beauvoir (1976) e Helson Flávio da Silva Sobrinho (2014, 2019), e nos documentos disponibilizados no site do Governo Federal que tratam da pessoa idosa.

A pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são definidas por alguns autores como sinônimas, sendo que ambas têm o documento como objeto de investigação. Porém, o conceito de documento não se refere apenas a textos escritos e/ou impressos quando fontes de pesquisa, o documento pode ser escrito e não escrito, tais como filmes, vídeos, slides, fotografias ou pôsteres, podendo ser utilizados como fontes de informações, indicações e esclarecimentos, elucidando determinadas questões e servindo de prova para outras, de acordo com o interesse do pesquisador (FIGUEIREDO, 2007).

A diferença está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica tem a contribuição de diferentes autores sobre o tema, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento científico, ou seja, as fontes primárias. A partir dessa visão, a investigação foi embasada pelo método quadripolar proposto por Bruyne, Herman e Schotheete em 1974, por meio da construção de quatro polos fundamentais para um estudo teórico voltado para os pensamentos de Beauvoir e Silva Sobrinho: o epistemológico, o teórico, o técnico e o morfológico.

O **polo epistemológico** se pautou na construção do objeto científico, definição da problemática de investigação viabilizando os parâmetros discursivos e a identificação dos paradigmas e critérios de cientificidade que orientaram a pesquisa por meio do estudo bibliográfico nos periódicos científicos da CI, disponibilizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Esse estudo bibliográfico foi

realizado entre dezembro de 2020 a janeiro de 2021, quando foram mapeadas as revistas e os artigos que tratavam de políticas de informação voltadas às pessoas idosas. Seguiu-se a leitura dos artigos e a construção de parte do referencial teórico da investigação.

O **polo teórico** se pautou na postulação de leis e normativas, formulação das hipóteses, articulação dos quadros de referências entre Beauvoir e Silva Sobrinho para explicar a pessoa idosa e a necessidade de políticas públicas voltadas a ela. A partir da leitura das duas obras somadas ao mapeamento dos documentos disponíveis no site do Governo Federal voltados à pessoa idosa, se construiu um quadro teórico-conceitual sobre políticas de informação para idosos, no escopo da Ciência da Informação, relacionados aos pensamentos de Silva Sobrinho e Beauvoir, no período de dezembro de 2020 a junho de 2021.

A escolha desses documentos se deu em virtude de sua abrangência Nacional e por serem considerados referências sócio históricas para a população idosa no Brasil. A busca por alguns desses documentos realizada no *site* do Portal Ministério da Saúde (MS) do Governo Federal.

Além disso, se investigou artigos na Interface do Sistema da Base de Dados do Encontro Regional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (BENANCIB) em busca daqueles que tratam do assunto. Essa busca se deu no período de dezembro de 2021 a março de 2022. A busca na base de dados da CAPES se deu por meio das seguintes palavras-chave: “Política de Informação para Idoso”, “Política para idoso”, “Informação e pessoa idosa”, “Pessoa Idosa”, “Velhice” e “Idoso no Brasil”, já na base do BENANCIB as palavras-chave foram: “pessoa idosa”, “ciência da informação” e “políticas de informação”, considerando-se os artigos que abrangem pelo menos uma das palavras-chaves, com enfoque na pessoa idosa.

No que tange às reflexões e análises teórico-conceituais sobre políticas de informação voltadas para a pessoa idosa foi realizado um mapeamento, dentro do escopo da CI, na base de dados do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB) durante os anos de 2010 a 2021, para que sejam identificadas as pesquisas realizadas ao longo dos últimos 11 anos de evento relacionadas à pessoa idosa. Além disso, foi realizado um levantamento, no período de 2016 a 2020, nos principais periódicos de CI, que tratam de políticas de informação, inclusive as voltadas para a pessoa idosa, com conceito Qualis/Capes.

O **polo técnico** descreveu todo o processo de coleta, organização e tratamento dos dados de investigação aferindo-se às reflexões dos autores de base escolhidos para

esta investigação e todos os outros materiais investigados. A definição desse polo se deu no período de dezembro de 2020 a março de 2022.

No **polo morfológico** formalizou os resultados da investigação e se apresentou elementos que, enquanto pesquisador discente, consideramos essenciais para a construção de políticas públicas de informação para a pessoa idosa, sob os elementos de cogitação trazidos por Beauvoir e Silva Sobrinho e que poderão ser refletidos tanto pela Ciência da Informação quanto pela sociedade em geral, a fim de que, enquanto uma perspectiva, as tensões entre elas sejam incorporadas às agendas governamentais.

Nesse sentido, é importante salientar que no método quadripolar, as discussões referentes à cientificidade deste campo vão além do estabelecimento das suas fronteiras e definição do objeto científico, visto que sugere também um método ajustado às características do fenômeno informação com ênfase na sua componente qualitativa, como é próprio das ciências sociais. (SILVA; RIBEIRO, 2002).

Em relação aos polos, Silva nos diz que:

[...] No pólo epistemológico, opera-se a permanente construção do objeto científico e a definição dos limites da problemática de investigação, dando-se uma constante reformulação dos parâmetros discursivos, dos paradigmas e dos critérios de cientificidade que orientam todo o processo de investigação; no pólo teórico, centra-se a racionalidade do sujeito que conhece e aborda o objeto, bem como a postulação de leis, a formulação de hipóteses, teorias e conceitos operatórios e consequente confirmação ou informação do elaborado; no pólo técnico, consoma-se, por via instrumental, o contacto com a realidade objetivada, aferindo-se a capacidade de validação do dispositivo metodológico, sendo aqui que se desenvolvem operações cruciais como a observação de casos e de variáveis e a avaliação retrospectiva e prospectiva, sempre tendo em vista a confirmação ou refutação das leis postuladas, das teorias elaboradas e dos conceitos operatórios formulados; no pólo morfológico, formalizam-se os resultados da investigação levada a cabo, através da representação do objeto em estudo e da exposição de todo o processo de pesquisa e análise que permitiu a construção científica em torno dele. (SILVA, 2006, p. 154- 155, grifos do autor).

Essa investigação também se caracteriza por um estudo descritivo, de abordagem qualitativa, que visou identificar os elementos conceituais das políticas públicas de informação para a pessoa idosa no Brasil por meio dos materiais estudados. Em relação a estudo descritivo, para Cervo e Bervian (1996), este tipo de pesquisa pode ser empregado quando o pesquisador procura descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características, correlacionando fatos ou fenômenos sem manipulá-los.

Para Günther (2006), constitui-se como uma pesquisa com abordagem qualitativa, quando:

[...] Ao invés de utilizar instrumentos e procedimentos padronizados, a pesquisa qualitativa considera cada problema objeto de uma pesquisa específica para qual são necessários instrumentos e procedimentos específicos (2006, p. 204).

Toda a coleta aconteceu no período de dezembro de 2020 a janeiro de 2021, tomando como base o início do levantamento dos documentos públicos e definição da temática. Nesse sentido, atendendo aos seguintes critérios de inclusão: documentos públicos do Ministério da Saúde (MS) voltados à pessoa idosa, disponibilizados na íntegra *on-line* e apontados na literatura atual como referência para o segmento.

Sendo assim, este estudo se compõe das seguintes etapas: 1) levantamento documental e pesquisa bibliográfica; 2) coleta dos dados e cumprimento dos objetivos da pesquisa; 3) análise e discussão dos resultados de acordo com Beauvoir e Silva Sobrinho.

O universo da presente pesquisa compreendeu as políticas públicas de informação voltadas para a pessoa idosa alocadas nos documentos públicos disponibilizados pelo MS e analisados, junto aos estudos documentais e bibliográficos sob a visão de Beauvoir e Silva Sobrinho e nos artigos disponíveis nas revistas disponibilizadas pelo Portal CAPES. Esses documentos se caracterizaram por documentos públicos, Leis, Decretos e Estatuto voltado à pessoa idosa no Brasil.

### 3.2 Execução dos objetivos específicos

A partir da delimitação e efetivação dos polos do método quadripolar, foi possível relacionar as atividades de investigação aos objetivos específicos da investigação, conforme o quadro 1, abaixo:

**Quadro 1:** Descrição da execução dos objetivos específicos

<b>Objetivos Específicos</b>	<b>Execução</b>
Identificar na literatura estudada, os olhares voltados à pessoa idosa nos imaginários coletivos e nos contextos socioculturais.	Realizado através de pesquisa bibliográfica.
Mapear, nos <i>sites</i> do Governo Federal brasileiro, as políticas públicas de informação voltadas para a pessoa idosa, por meio dos documentos oficiais de atenção ao idoso.	Busca realizada nos portais de consulta pública disponibilizados pelo governo.
Levantar, nas bases de dados, as produções científicas em CI que reflitam sobre a pessoa	Foram considerados os repositórios:

<p>idosa e sobre as políticas de informação relacionadas à ela.</p>	<p>1) Revistas de Ciência da Informação no Brasil e Conceito Qualis/Capes, disponibilizadas na plataforma Sucupira e 2) Base de dados do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (BENANCIB)</p>
<p>Comparar as políticas de informação e as produções científicas mapeadas à luz das reflexões de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2014; 2019).</p>	<p>Através da leitura, interpretação e comparação das obras e ideias dos autores, relacionando-as com outras obras.</p>
<p>Propor elementos que balizem as políticas públicas de idosos à luz de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2014; 2019).</p>	<p>Construção dos elementos que balizem as políticas públicas de informação para a pessoa idosa, por meio da investigação de informações embasadas na pesquisa.</p>

**Fonte:** Construído pelo pesquisador, 2022

## 4 RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO

Os resultados obtidos identificaram dois pontos relevantes:

- a) que no Brasil existem seis documentos públicos voltados à pessoa idosa e que serão, aqui, brevemente, descritos. Eles abordam os direitos da pessoa idosa, o acesso à atenção e à saúde integral e seus princípios de humanização. As análises dos documentos, supracitados, se deram a partir da procura de possíveis políticas de informação que atendessem as necessidades informacionais da pessoa idosa. Por último,
- b) uma tímida produção científica no mapeamento com enfoque em políticas de informação para idosos nos principais periódicos da Ciência da Informação no Brasil com conceito Qualis/Capes e na base de dados do Encontro Regional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (BENANCIB).

Após mapeadas foram relacionadas aos elementos cogitados por Beauvoir e Silva Sobrinho em suas obras, isto é discutido no item 4.4. Os resultados foram centrados nos fatores informacionais encontrados nas políticas públicas dos documentos que, nesse caso, se tratavam do direito da pessoa idosa no Brasil e na contribuição da investigação para a Ciência da Informação e para a sociedade.

### 4.1 Documentos públicos de direito do idoso no brasil e as políticas de informação

Em dados preliminares, se identificou no Brasil a existência de seis documentos públicos que abordam os direitos dos idosos e o acesso relacionado à atenção à saúde integral e seus princípios de humanização. São eles:

**Quadro 2:** Documentos Nacionais que abordam os Direitos e Saúde do Idoso

DOCUMENTOS – POLÍTICAS E PLANOS NACIONAIS			
Nº	TÍTULOS	ANO	ÁREA
01	Política Nacional do Idoso	1994	DIREITO
02	Estatuto da Pessoa Idosa	2003	DIREITO
03	Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa	2005	DIREITO
04	Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa	2006	SAÚDE
05	Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa	2006	SAÚDE
06	Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento	2010	SAÚDE

Fonte: Dados da investigação (2022).

Todos estes documentos nasceram do Governo Federal em conformidade com o exposto no quadro 1, acima. Eles foram idealizados por intermédio do Ministério da Saúde e Defesa, e os Movimentos Sociais e dos Profissionais da Saúde. Despertam um olhar para os direitos dos idosos de receberem atenção integral à saúde e atenção.

Contudo, em análise, por meio de leituras aprofundadas foi possível perceber que não tratam, especificamente, de questões informacionais e nem tratam do processo informacional que visa orientar a pessoa idosa sobre seus direitos, saúde, atenção. No entanto, se evidenciou que esses documentos são determinantes para que o idoso seja respeitado e entendido pela sociedade atual, destituído de estigmas e de preconceitos. É nesse sentido que consideramos esses documentos base para ponto de partida para construção de elementos que balizem uma política pública de informação voltada à pessoa idosa.

Além disso, em visita aos *sites* do Governo Federal e do Ministério da Saúde, se pôde perceber que existe uma tímida quantidade de programas, planos e políticas voltadas, diretamente, ao público alvo desta investigação.<sup>3</sup> Talvez seja esse o motivo da tímida quantidade de documentos oficiais que auxiliem a pessoa idosa apresentada nos mesmos sites.

Por meio das plataformas e *sites* oficiais do Governo Federal, foram identificadas duas categorias de Documentos Públicos de Direito do idoso no Brasil, sendo: 1) Ações de cidadania do idoso e direitos humanos e combate à violência; 2) Promoção de saúde integral e seus princípios de humanização ao idoso.

#### **4.1.1 Categoria 1: ações de cidadania do idoso e direitos humanos e combate à violência**

O documento norteador desta categoria (Figura 1), de autoria institucional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foi instituído em 1994. Trata-se de uma política nacional voltada diretamente para os idosos, considerada, oficialmente, a Política Nacional do Idoso.

---

<sup>3</sup> Sites do Governo Federal e do Ministério da Saúde:

Governo Federal: <<https://www.gov.br/pt-br/search?SearchableText=Pessoa%20Idosa>>.

Ministério da Saúde:

<<https://www.gov.br/saude/pt-br/search?SearchableText=Politica%20da%20pessoa%20%20idosa>>.

**Figura 01:** Política Nacional do Idoso – 1994 (Documento 1)



**Fonte:** Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (1994)

De acordo com essa política, a Lei nº. 8842/94 tem o objetivo de assegurar os direitos humanos e sociais do idoso e possibilita a sua autonomia na sociedade, como é estabelecido em seu art. 1º, e tem sua base firmada em cinco princípios estabelecidos no art. 3º:

- I - a família, a sociedade e o estado têm o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e o direito à vida;
- II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos;
- III - o idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
- IV - o idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através desta política;
- V - as diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral, na aplicação desta Lei. (BRASIL, 1994).

O que chama atenção nessa Lei, é seu artigo terceiro, inciso 2 (II - o processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objeto de conhecimento e informação para todos) como único referencial que relaciona a pessoa idosa e o direito à informação. Sendo assim, pode-se inferir que os processos informacionais passam despercebidos nas ações dos que as efetivam. Essa primeira nova inferência se transforma aqui numa nova perspectiva de pesquisa ao passo que se configura como uma das conclusões desta investigação.

Esse documento, especificamente, fez com que os direitos da pessoa idosa ganhassem força e passassem a ser colocados em prática pelos órgãos competentes. No entanto, também é possível inferir, enquanto pesquisador e trabalhador da área de saúde,

que o trabalho informacional sobre a Lei nº. 8842/94 e os processos que a envolvem não foram ou são trabalhados timidamente, junto à pessoa idosa.

Isto porque na área de saúde e atenção aos idosos, eles chegam com necessidades informacionais voltadas para as mesmas questões. No entanto, é nessa área (a saúde) que, a partir dessa Lei, se passou a garantir ao idoso o direito à assistência nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Outro documento (Figura 2) relevante para essa investigação, foi o Estatuto da Pessoa Idosa, idealizado no ano de 2003 e apoiado na Lei nº. 10.741/03. Ele contribui com a percepção da população em relação aos idosos e afirma que devem ser tratados de forma especial, os direitos, deveres e as garantias, de modo de que sejam potencializados para melhor proteção da pessoa idosa.

**Figura 02:** Estatuto da Pessoa Idosa (Documento 2)



**Fonte:** Ministério da Saúde (2003)

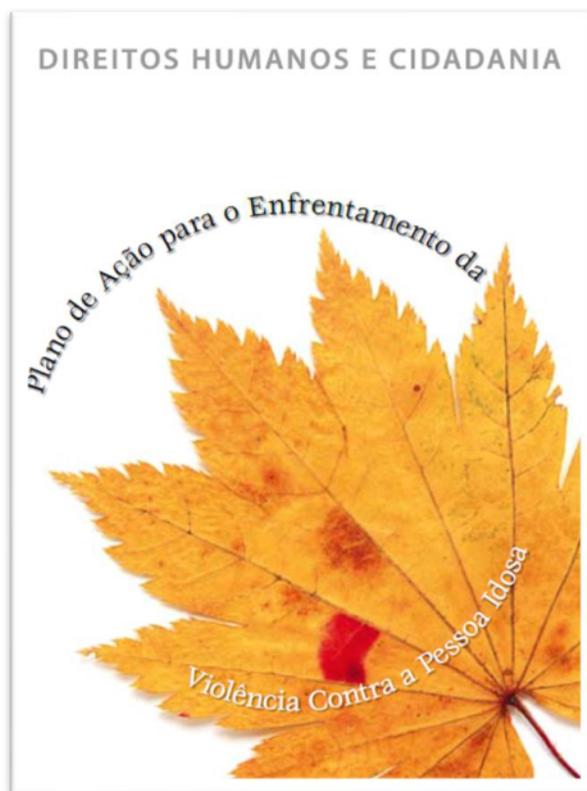
Dentre outros direitos, o documento, à exemplo do capítulo IV do Estatuto da Pessoa Idosa dispõe dos direitos à saúde no SUS no Brasil e afirma:

É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos (CAP. IV ART. 15) (BRASIL, 2003).

Nesse documento, não foram encontradas sinalizações que trabalhassem as questões informacionais voltadas para a pessoa idosa.

Outro importante documento, representado na figura 03 abaixo é o Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa, fundamentado no ano de 2005 pela Presidência da República e a Subsecretaria de Direitos Humanos, em conjunto com o Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI).

**Figura 03:** Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa  
(Documento 3)



**Fonte:** BRASIL (2005)

O destaque desse documento é que discute e estabelece estratégias e ações, tendo em vista o resultado do planejamento, organização, coordenação, controle,

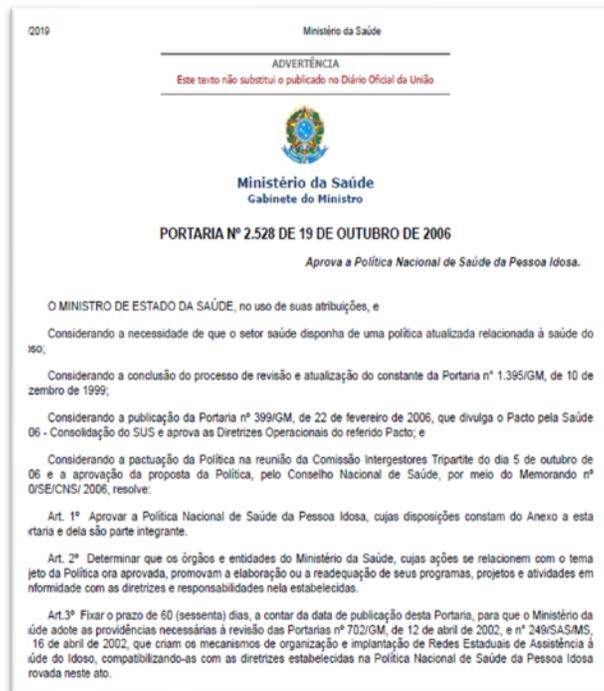
acompanhamento e avaliação de todas as etapas da execução das ações de prevenção e enfrentamento da violência contra a pessoa idosa.

O plano constitui-se como um instrumento que reforça os objetivos de implementar a Política de Promoção e Defesa dos Direitos aos segmentos da população idosa do Brasil, dentro de um enfoque do respeito, da tolerância e da convivência intergeracional. Busca-se, assim, instituir e efetivar, em todos os níveis, mecanismos e instrumentos institucionais que viabilizem o entendimento, o conhecimento e o cumprimento de política de garantia dos direitos. (BRASIL, 2005, não paginado).

A grandeza desse documento contribui de maneira significativa com a pesquisa, colaborando com o entendimento quando se trata de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos da população idosa do Brasil e que sugere que haja mecanismos e instrumentos institucionais que viabilizem o entendimento, o conhecimento - e aqui podemos inferir que se trata do trabalho informacional junto aos órgãos e aos idosos para o cumprimento de política de garantia dos direitos, inclusive os informacionais.

#### **4.1.2 Categoria 2: promoção de saúde integral e seus princípios de humanização ao idoso**

A categoria 2 apresenta e traz um panorama dos documentos disponíveis no Brasil destinado aos idosos e o direito à atenção à saúde garantida pelo governo, em destaque (Figura 04) a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, instituída pelo Ministério da Saúde, no dia 5 de outubro de 2006. É um documento primordial, considerado o mais importante para os Idosos do Brasil, na atualidade.

**Figura 04:** Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (Documento 4)

**Fonte:** Ministério da Saúde (2006)

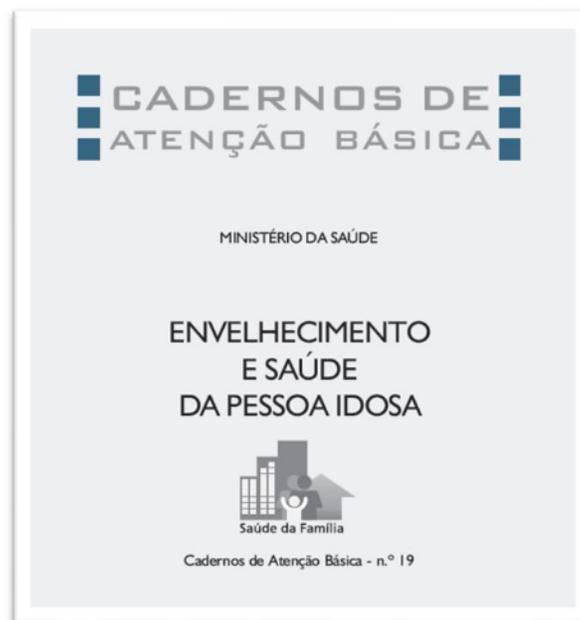
O documento reúne os direitos fundamentais para a efetivação da assistência em Geriatria e Gerontologia no País, por intermédio do SUS. A finalidade da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é “[...] recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos. É alvo dessa política que todo cidadão e cidadã brasileiros com 60 anos ou mais de idade” (BRASIL, 2006, p. 02). Dispõe sobre:

- a) o contínuo e intenso processo de envelhecimento populacional brasileiro;
- b) os inegáveis avanços políticos e técnicos no campo da gestão da saúde;
- c) o conhecimento atual da Ciência;
- d) o conceito de saúde para o indivíduo idoso se traduz mais pela sua condição de autonomia e independência que pela presença ou ausência de doença orgânica;
- e) a necessidade de buscar a qualidade da atenção aos indivíduos idosos por meio de ações fundamentadas no paradigma da promoção da saúde;
- f) o compromisso brasileiro com a Assembleia Mundial para o Envelhecimento de 2002, cujo Plano de Madri fundamenta-se em: (a) participação ativa dos idosos na sociedade, no desenvolvimento e na luta contra a pobreza; (b) fomento à saúde e bem-estar na velhice: promoção do envelhecimento saudável; (c) criação de um entorno propício e favorável ao envelhecimento;
- g) escassez de recursos sócio-educativos e de saúde direcionados ao atendimento ao idoso (BRASIL, 2006, p. 02).

Pode-se supor, com a análise do documento que ‘A Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa’ não trata, diretamente, sobre os aspectos informacionais voltados à pessoa idosa, porém, quando dispõe sobre a participação ativa dos idosos na sociedade e na escassez de recursos sócio-educativos pode-se tirar daqui subsídios que apontem elementos para uma política de pública de informação aos idosos.

Outro documento (Figura 05) desta categoria é o que trata do Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, criado em 2006, instituído pelo Ministério da Saúde, por intermédio da Secretaria de Atenção à Saúde (SAPS) e do Departamento de Atenção Básica (DAB).

**Figura 05:** Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa (Documento 5)



**Fonte:** Ministério da Saúde (2006)

Alguns pontos pautados nesse documento são as políticas públicas de relevância para a saúde da pessoa idosa, humanização e acolhimento na atenção básica e atribuição dos profissionais da atenção básica no atendimento à saúde da pessoa idosa.

Dentro dessa perspectiva, o Caderno de Atenção Básica – Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa foi construído, tendo como referência o Pacto pela Vida 2006 e as Políticas Nacionais de: Atenção Básica, Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, Promoção da Saúde e Humanização no SUS. Também foi levada em consideração a realidade do envelhecimento populacional. O objetivo deste Caderno é dar uma maior resolutividade às necessidades da população idosa na Atenção Básica. (BRASIL, 2006, não paginado).

O documento estipula que é fato que a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa é um instrumento que identifica os idosos frágeis dentro do Sistema Único de Saúde, principalmente para os profissionais de saúde e possibilita o planejamento, organização das ações e um melhor acompanhamento do estado de saúde dessa população (BRASIL, 2006). Esse documento não sinaliza elementos que trabalhem junto à pessoa idosa as questões de satisfação de suas necessidades informacionais dentro do espectro de que trata, se define e se destina o documento.

Já o documento de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento, disposto na figura 06 abaixo, analisado na categoria 2, foi iniciado em 2006 por meio da Série Pactos pela Saúde, Textos Básicos de Saúde, Série B, v. 12. Foi idealizado pelo Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde e o Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas e publicado no ano de 2010. Ele afirma que:

A Saúde do Idoso aparece como uma das prioridades no Pacto pela Vida, o que significa que, pela primeira vez na história das políticas públicas no Brasil, a preocupação com a saúde da população idosa brasileira é explicitada. Assim, neste documento um compromisso é assumido entre os gestores do SUS, em torno de prioridades que de fato apresentam impacto sobre a situação de saúde da população brasileira (BRASIL, 2010, p. 10).

Apresenta um achado muito importante para a saúde dos idosos do Brasil que é expressar o compromisso do Governo Federal em torno do Pacto pela Vida promovido pelo Ministério da Saúde e o Sistema Único de Saúde.

**Figura 06:** Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento (Documento 6)



Fonte: Ministério da Saúde (2010)

A atenção à saúde do idoso se tornou, no Brasil, a partir desse documento, uma das prioridades do ‘Pacto Pela Vida’ como consequência da dinâmica demográfica do país. De acordo com o documento, é nessa perspectiva que deve ser visto o conjunto de diretrizes apresentadas e comentadas, que visa subsidiar os Termos de Compromisso de Gestão Estaduais e Municipais, na área da atenção à saúde da população idosa (BRASIL, 2010). Nesse sentido, cabe inferir que uma das perspectivas da análise desse documento é estudar os ditos termos de compromisso e analisar se existem nas gestões estaduais e municipais alguma política pública de informação que trabalhe as questões informacionais voltadas aos idosos.

Dessa forma, entre os documentos estudados, nota-se que no contexto informacional, somente o ‘Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa’ e a ‘Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento’, documentos 3 e 6 respectivamente, ainda que indiretamente, abordam algum mecanismo para propor os aspectos informacionais voltados à pessoa idosa.

No documento 3, sugere-se que ocorram mecanismos para o entendimento de Políticas Públicas de Promoção e Defesa dos Direitos, considerando que a população idosa do Brasil é o público-alvo deste documento e precisa compreender como se dá, na prática, o ‘Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa’.

No documento 6, constata-se a investigação se nas ações estaduais e municipais estão sendo consideradas alguma política pública de informação que trabalhem as questões informacionais voltadas aos idosos, previstas nos ‘Termos de Compromisso de Gestão Estaduais e Municipais’, o que engloba, também, a questão informacional.

Contudo, analisando os documentos existentes, identifica-se que são falhos no contexto informacional para o idoso, apesar do enfoque nos direitos à saúde, segurança, lazer, cidadania, educação, esporte e outros, não é enfatizado como essa informação deverá chegar à pessoa idosa. Isso gera uma lacuna na efetividade das ações previstas, visto que se o público-alvo desconhece seus direitos vigentes, eles não o procuram.

Portanto, considerando que não há uma garantia estabelecida por lei que possa assegurar uma política pública de informação efetiva para a pessoa idosa e a dificuldade ao acesso às políticas, planos e programas para o idoso, sugere-se a criação e promoção da acessibilidade da informação e direitos previstos nos documentos estudados.

## 4.2 Mapeamento da produção científica nos principais periódicos da ciência da informação no Brasil com conceito qualis/capes

Nesse mapeamento pudemos perceber a tímida produção científica dos pesquisadores na área de Ciência da Informação sobre a pessoa idosa. Foram recuperados na base de dados da plataforma Sucupira, da Capes 17 periódicos em CI classificados com conceito *Qualis* entre A1 e B5 (Figura 07), entre 2013 e 2016, expostos no quadro 3, a seguir:

**Figura 07:** Interface do Sistema Qualis/Capes – Classificação A1 ao C.

The screenshot shows the 'Qualis Periódicos' interface. It includes a search filter for 'Evento de Classificação' set to 'CLASSIFICAÇÕES DE PERIÓDICOS QUADRIENIO 2013-2016', an 'Área de Avaliação' dropdown set to 'COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO', and a 'Classificação' dropdown menu. The dropdown menu is open, showing options from A1 to C, with A1 selected. Below the filters is a table of journals with columns for ISSN, Título, Área de Avaliação, and Classificação.

ISSN:	Título:	Classificação:	Área de Avaliação	Classificação
0152-4776	AFRICAN JOURNAL OF LIBRARY ARCHIVES AND INFORMATION SCIENCE	A1	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	A1
1562-4730	BIBLIOS (LIMA)	A1	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	A1
0007-1234	BRITISH JOURNAL OF POLITICAL SCIENCE (PRINT)	A1	COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	A1

Fonte: Plataforma Sucupira

**Quadro 3:** Revistas de Ciência da Informação no Brasil e Conceito Qualis/Capes

	PERIÓDICOS	QUALIS/ CAPES
1	Informação & Sociedade	A1
2	Perspectivas em Ciência da Informação	A1
3	Transinformação	A1
4	Informação & Informação	A2
5	Ciência da Informação (Online)	B1
6	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1
7	INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação	B1
8	Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	B1
9	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	B1
10	Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	B1
11	Biblos	B3
12	Informação em Pauta	B5
13	Biblionline	B5
14	Ciência da Informação em Revista	B5
15	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	B5
16	Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	B5
17	Revista Analisando em Ciência da Informação	B5

Fonte: Dados da investigação (2021).

A partir desse mapeamento foi possível recuperar **15** artigos científicos a partir de pesquisa pelos termos:

- ✓ Política de Informação para Idoso;
- ✓ Política para idoso;
- ✓ Informação e pessoa idosa;
- ✓ Pessoa Idosa;
- ✓ Velhice;
- ✓ Idoso no Brasil.

Foram selecionadas classificações de periódicos no quadriênio 2013-2016, visto que este é o último ano de atualização dos dados na plataforma Sucupira. A partir daí, foram verificados todos os Periódicos *on-line* Nacionais da Área da Comunicação e Informação, desde Qualis A1 até Qualis B5.

Seguiu-se ao mapeamento dos artigos nas revistas indicadas, organizados no quadro 4, abaixo:

**Quadro 4:** Levantamento dos artigos por periódicos, classificação, título e ano de publicação

Nº	REVISTAS	QUALIS	ARTIGOS	ANO
01	Informação & Sociedade	A1	Biblioterapia para o idoso projeto renascer: um relato de experiência	1999
02	Perspectivas em Ciência da Informação	A1	O Idoso e a Internet: Uma etnografia sobre interação e aprendizagem	2010
03	Informação & Informação	A2	Competência em informação e necessidades de informação de idosos: o papel do profissional da informação nesse contexto	2019
04	Informação & Informação	A2	A biblioteca pública como ambiente de mediação da informação para o usuário da terceira idade	2019
05	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1	Aplicativos móveis para a saúde e o cuidado de idosos	2018
06	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1	Diretrizes e indicadores de acompanhamento das políticas de proteção à saúde da pessoa idosa no Brasil	2019
07	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1	Participação social do idoso: estudo bibliométrico da produção científica recente (2010-2013)	2014
08	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1	Desenvolvimento de um software para suporte à avaliação fisioterápica baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde	2017
09	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1	Comunicação pública e o sistema de interação midiático: vozes do envelhecimento e a participação cidadã do idoso.	2013
10	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1	Alz Memory – um aplicativo móvel para treino de memória em pacientes com Alzheimer	2015
11	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	B1	Estado nutricional e práticas alimentares de idosos do Piauí: dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN Web	2019
12	Revista Digital e Biblioteconomia de Ciência da Informação	B1	Competência em informação de idosos: um protótipo voltado às suas necessidades de informação	2019
13	Informação em Pauta	B5	Comportamento informacional dos idosos através dos meios de comunicação	2019
14	Informação em Pauta	B5	Análise das Competências em Informação dos idosos no uso das tecnologias digitais	2018
15	Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	B5	Acessibilidade e usabilidade da informação na terceira idade: A recuperação, organização e uso da informação na internet para usuários acima dos 60 anos	2014

Fonte: Dados da investigação (2021).

Nas análises dos 17 periódicos foram mapeados 15 artigos. Não foram identificados nenhum artigo em periódico conceituado como B2, B3 e B4. Foi constatado que a concentração dos periódicos, os que possuem maior destaque, ou seja, aqueles conceituados como A1, estão nas regiões Sudeste e Nordeste do país.

Os periódicos com conceito B1 estão bem distribuídos e contemplam as regiões Nordeste, Centro-oeste, Sul e sudeste. Já aqueles de conceito B3 estão localizados na região Sul do país. Os periódicos B5, à semelhança dos A1, estão nas regiões Sudeste e Nordeste do país. Nos chama atenção o fato da região Norte não ter sido contemplada com periódicos na área da CI. Isto pode ser decorrente da inexistência de cursos de pós-graduação naquela região.

Ao passo que se chegou à essa observação, também se chegou à conclusão de que a maioria dos artigos está alocada em Revista B1, levando a inferir outra perspectiva de investigação: a de que pesquisadores regiões Nordeste, Centro-oeste, Sul e Sudeste se preocuparam, no período de coleta com as reflexões científicas voltadas às pessoas idosas que trabalhassem com questões das necessidades informacionais e suas soluções junto a população estudada.

É importante salientar nessa investigação que os fatores de inclusão dos artigos para análise foram baseados a partir do tipo de estudo e temática voltada para o título da pesquisa, vinculado a qualquer política pública de informação da pessoa idosa no Brasil.

O artigo 01, 'Biblioterapia para o idoso projeto renascer: um relato de experiência', apresenta um relato de experiência, abordando sobre um projeto realizado em um lar para idosos com o objetivo de incentivar a participação no processo de estímulo ao gosto pela leitura.

O artigo 02, intitulado 'O Idoso e a Internet: Uma etnografia sobre interação e aprendizagem', explora a interação de um grupo de idosos com a internet e aborda seus interesses, forma de aprendizagem, medos e dificuldades por meio de uma etnografia que utiliza observação participante e entrevista em profundidade.

O artigo 04, intitulado 'A biblioteca pública como ambiente de mediação da informação para o usuário da terceira idade', analisa a importância da biblioteca pública como um ambiente de mediação da informação para usuários, catalogados como idosos no escopo da pesquisa, e como desenvolve seu espaço físico e suas atividades de mediação da informação para promover a permanência e desenvolvimento dos usuários da terceira idade.

O artigo 05, intitulado ‘Aplicativos móveis para a saúde e o cuidado de idosos’, descreve os aplicativos direcionados à saúde e ao cuidado de idosos. O trabalho aborda 25 aplicativos que abrangem três temas: saúde dos idosos, cuidado de idosos e informações sobre a saúde e o cuidado de idosos e considera estes aplicativos instrumentos de monitoramento, informação e promoção de hábitos saudáveis.

O artigo 08, intitulado ‘Desenvolvimento de um software para suporte à avaliação fisioterápica baseado na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde’, aborda sobre o resultado de um projeto interdisciplinar entre acadêmicos dos cursos de fisioterapia e ciência da computação e tem como objetivo promover o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), por meio de um software avaliativo denominado CIFisio.

O artigo 10, intitulado ‘Alz Memory – um aplicativo móvel para treino de memória em pacientes com Alzheimer’, apresenta o Alz Memory, um jogo desenvolvido para estimular a memória de pacientes com Alzheimer, com vistas a minimizar os efeitos da doença sobre ela.

O artigo 11, intitulado ‘Estado nutricional e práticas alimentares de idosos do Piauí: dados do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN Web’, verifica o estado nutricional e hábitos alimentares da população idosa do estado do Piauí, ressaltando a importância da avaliação do quadro de saúde da população como forma de subsídio para o planejamento de ações de saúde, dessa forma alocando melhor os recursos e possibilitando uma atuação eficaz dos que trabalham na área da saúde.

O artigo 14, intitulado ‘Análise das Competências em Informação dos idosos no uso das tecnologias digitais’, analisar as competências em informação dos idosos no uso de tecnologias digitais, apontando que, apesar das dificuldades encontradas, os respondentes têm curiosidade em conhecer os avanços tecnológicos e alimentam o desejo de aprender cada vez mais sobre as ferramentas disponíveis.

Dessa forma, apesar de evidenciar a saúde da pessoa idosa, o uso da tecnologia, desafios informacionais e as problemáticas inerentes a exclusão do idoso, os artigos descritos acima – artigos 01, 02, 04, 05, 08, 10, 11 e 14 - não abordam sobre políticas públicas de informação, que é o enfoque desta pesquisa. Assim, não serão considerados nas próximas discussões.

Assim, destacou-se, nesta pesquisa, os artigos - 03, 06, 07, 09, 12, 13 e 15, conforme listados no quadro 4 – por se aproximarem da temática de investigação definida, conforme no quadro 5 a seguir:

**Quadro 5:** Análise dos artigos por título, autores e objetivos – Qualis/Capes

Nº	TÍTULO	AUTORES	OBJETIVO
03	Competência em informação e necessidades de informação de idosos: o papel do profissional da informação nesse contexto	Djuli Machado De Luccaa, Elizete Vieira Vitorinob.	“Descrever as características relacionadas à competência em informação e às necessidades de informação em idosos. A partir dessas descrições, estabelece algumas ações relacionadas à mediação da informação, que podem ser desenvolvidas pelo profissional da informação na ocasião de desenvolver a competência em informação do idoso.”
06	Diretrizes e indicadores de acompanhamento das políticas de proteção à saúde da pessoa idosa no Brasil	Dalia Elena Romero, Debora Castanheira Pires, Aline Marques, Jessica Muzy.	“Propor indicadores sensíveis às dimensões da saúde contempladas nas políticas em vigor voltadas para esta população. O estudo foi dividido em três etapas. Na primeira, foi traçado um panorama das políticas voltadas para a pessoa idosa e foram identificadas as diretrizes e metas comuns no que tange à saúde.”
07	Participação social do idoso: estudo bibliométrico da produção científica recente (2010-2013)	Carolina Rebellato, Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi.	“Mapear o campo de estudos sobre participação social do idoso, utilizou-se o filtro “idoso” para direcionar os estudos para essa população específica.”
09	Comunicação pública e o sistema de interação midiático: vozes do envelhecimento e a participação cidadã do idoso.	Denise Regina Stacheski.	“Objetiva, além de debater vozes sociais do envelhecimento nos diálogos da comunicação pública brasileira, por meio do sistema de interação midiático (do impresso ao digital), verificar potencialidades das redes sociais digitais como ativadoras da participação cidadã do idoso.”
12	Competência em informação de idosos: um protótipo voltado às suas necessidades de informação	Elizete Vieira Vitorino, Guilherme Goulart Righetto, Celine Rúbia Probst Purnhagen Packer.	“O objetivo geral da pesquisa consiste em estruturar um recurso tecnológico para o atendimento das necessidades de informação de um grupo vulnerável, aqui caracterizado como a população idosa.”
13	Comportamento informacional dos idosos através dos meios de comunicação	Vagner Ivan de Alencar Gomes, Silvana Souza da Silva, Solange Gomes Toscano de Oliveira, Claudia Cristina Oliveira de Lima Barbosa, Pedro Alves Barbosa Neto.	“Objetiva identificar os meios de comunicações utilizados pelos idosos como forma de adquirir informações e especificar quais suas preferências e dificuldades ao utilizá-los.”
15	Acessibilidade e usabilidade da informação na terceira idade: A recuperação, organização e uso da informação na internet para usuários acima dos 60 anos	Aurélio Fernando Ferreira, Valéria Bastos da Silva.	“Tem como objetivo geral, entender como esse usuário se insere socialmente neste contexto e especificamente pretende observar a recuperação, organização e uso das informações colhidas e produzidas pelos idosos.”

Fonte: Dados da investigação (2021).

Dessa forma, os sete artigos listados no quadro 5 estão relacionados à pesquisa por se aproximarem da temática de investigação, sendo resultado da análise realizada nos 15 artigos listados no quadro 4.

### 4.3 Mapeamento da produção científica na base de dados do encontro regional de pesquisa e pós-graduação em ciência da informação (BENANCIB).

Para iniciar este mapeamento na produção científica disponível na base de dados BENANCIB, ocorreu a pesquisa por palavras-chaves relacionadas ao foco de investigação deste trabalho como: “pessoa idosa”, “ciência da informação” e “políticas de informação”. Foram consideradas produções realizadas nos anos de 2010 a 2021.

**Figura 08:** Interface do Sistema da Base de Dados do Encontro Regional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (BENANCIB)

**Fonte:** Base de dados BERNANCB

A plataforma exibe mais de mil e duzentos artigos relacionados à “Ciência da Informação”, contudo, de acordo com as informações das produções, foi possível realizar a mineração de dados, realizando a filtragem relacionando-as com a pessoa idosa e a informação.

No quadro 6 a seguir, são listados os artigos identificados, bem como seus respectivos objetivos, que se alinham com a busca deste mapeamento.

**Quadro 6:** Análise dos artigos por título, autores e objetivos – Benancib

	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORES</b>	<b>OBJETIVO</b>
<b>01</b>	A dimensão política da competência em informação de idosos: em busca de princípios	VITORINO, Elizete Vieira; LUCCA, Djuli Machado de.	“descrever, com base na literatura, o movimento da competência em informação, bem como sua dimensão política; apresentar, a partir da literatura, as características sociais do idoso que participa de Grupos da Terceira Idade (GTI).”
<b>02</b>	Centro de convivência na informação e protagonismo social da velhice	OLINTO, Gilda; FERREIRA, Maria Mary; VETTER, Silvana Maria de Jesus	“Examinar o seu papel no acesso à informação e protagonismo desses sujeitos”
<b>03</b>	Sistema de informação da melhor idade – simi: uma proposta de aplicativo para a promoção da saúde na terceira idade	CARAN, Gustavo Miranda; BIOLCHINI, Jorge Calmon de Almeida; MARCOLINO, Alexandre; SILVA, Rodrigo Almeida Dias; BENTO, Leila Maria.	“Relatar a experiência do projeto Sistema de Informação da Melhor Idade (SIMI), voltado para a promoção da saúde, cujo usuário é o próprio idoso”
<b>04</b>	O desenvolvimento da competência informacional dos idosos: um olhar para as necessidades informacionais desses indivíduos.	VITORINO, Elizete Vieira; LUCCA, Djuli Machado de	“contemplam a busca da dimensão política da Competência Informacional nos idosos, tanto na literatura, quanto na experiência dos sujeitos”
<b>05</b>	Cestas da memória: identificação de documentos fotográficos do arquivo público da cidade de belo horizonte, com o apoio de voluntários idosos	PARRELA, Ivana Denise	“O Cestas da Memória tem como um de seus objetivos valorizar o público de terceira idade e atraí-lo ao Arquivo”
<b>06</b>	Redes de apoio social e inclusão digital na terceira idade	DUARTE, Adriana Bogliolo Sirihal; GANDRA, Tatiane Krempser	“ Identificar a rede de apoio de apoio social e compreender como ela influencia no comportamento informacional e nas formas de sociabilidade dos idosos”
<b>07</b>	Memória repositório como ferramenta de legitimação da identidade da unati/unicentro	MOLINA, Leticia Gorri Santos, Juliana Cardoso dos; GARDIN, Daniela do Amaral Oliveira do Amaral Oliveira .	“Identificar em que medida a gestão da memória repositório da Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati) - programa de extensão da Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) - influencia na legitimação da sua identidade institucional”

**Fonte:** Dados da investigação (2022).

Notou-se que assim como no levantamento realizado na seção anterior - artigos minerados na base Qualis/Capes -, existem poucos trabalhos relacionando o idoso à informação. Como resultado da análise, dentre os artigos da amostra encontrada na base Benancib, foram consideradas as sete produções listadas no quadro 6, o parâmetro considerado foi abordar e relacionar a pessoa idosa e a informação.

#### **4.4 Comparação das políticas de informação e as produções científicas mapeadas à luz das reflexões de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007)**

Conforme dispõe o artigo 230 da Constituição Federal de 1988 “a família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Sendo assim, o desenvolvimento de políticas de informação direcionadas à pessoa idosa se faz primordial, como meio de exercício da cidadania e enfrentamento das desigualdades, capaz de promover o desenvolvimento cultural e político da sociedade como um todo.

Informação aqui compreendida em seu aspecto amplo, enquanto direito fundamental previsto no ordenamento jurídico brasileiro e em legislações infraconstitucionais, a exemplo a Lei 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação)<sup>4</sup>, e como conquista de movimentos sociais face a obscuridade informacional ocorrida durante a ditadura militar, envolta por um aparato institucional de controle estatal.

Diante da análise empreendida é notório a incipiência de políticas de informação vigente e efetiva direcionadas à pessoa idosa, e sequer existem propostas de implantação, de modo que quando se trata de direito à informação encontramos meras referências dispersas sem direcionamento prático (documento 3 e 6).

Realidade condizente com a análise empreendida por Beauvoir (1976), a qual compreende que a velhice, como qualquer idade, tem seu estatuto imposto pela sociedade a qual pertence, de modo que na sociabilidade capitalista regida pela maximização da lucratividade e na qual até o ser humano é tratado enquanto mercadoria, a velhice é menosprezada e, conseqüentemente, a pessoa idosa são negados direitos essenciais, tais como o direito à informação. Movimento que emerge do fato de que dentro do capitalismo ao indivíduo são ofertados suportes até o momento em que é força de trabalho produtiva ao sistema, gerando lucro. Nas palavras de Beauvoir (1976):

A sociedade só se preocupa com o indivíduo na medida em que este ganha dinheiro. Os jovens sabem isto. A sua ansiedade quando entram na vida social é simétrica à ansiedade dos velhos quando são excluídos. Entretanto, a rotina mascara os problemas. O jovem teme esta máquina que o vai engolir e por vezes tenta defender-se com pedras de calçada; o velho, rejeitado por ela, exausto, nu, só tem os olhos para chorar. Entre

---

<sup>4</sup> Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências

os dois, a máquina gira, esmagando homens que se deixam esmagar porque nem sequer se imaginam capazes de escapar. Quando compreendemos a condição dos idosos, não podemos simplesmente exigir uma política de velhice" mais generosa, pensões mais elevadas, habitação saudável, lazer organizado. É todo o sistema que está em jogo e a procura só pode ser radical: mudar a vida (BEAUVOIR, 1976, p. 665).

Afirma-se, com isso, que o fenômeno da exclusão do idoso não é um mero acaso, devendo ser desvelado como uma questão de poder (BEAUVOIR, 1976), já que “[...] o velho aparece aos indivíduos ativos como uma 'espécie estranha', na qual eles não se reconhecem”. (BEAUVOIR, 1976, p. 266). A vista disso, é compreensível a omissão do Estado, enquanto “comitê executivo da burguesia”<sup>5</sup>, face à velhice, o que não impede a reivindicação social dentro dos moldes da sociabilidade atual na esfera do direito, mas que encontra como empecilho exatamente o fato de o “ser idoso” é sempre o outro, não gerando o anseio e comoção social por direitos a essa parcela da população.

Como reflexo dessa dinâmica, percebe-se a tímida produção científica direcionada para a pessoa idosa, advinda da também incipiente sensibilização frente à velhice pela comunidade científica da informação, assertiva emergente mediante a análise realizada nas plataformas Qualis/Capes e Benancib, considerando os documentos públicos e artigos.

Cabe ressaltar que a falta de uma produção científica consolidada reflete nas políticas públicas, na medida em que a primeira deve ser vista como subsidiária às necessidades dos gestores em sua prática cotidiana. Afinal, como intervir de modo efetivo numa realidade sem conhecê-la?

Sob tal enfoque, Silva Sobrinho (2007) ressalta a marginalização da pessoa idosa no mercado de trabalho ao se tornar improdutiva, uma vez que a sua relação com a sociedade capitalista dar-se-á por intermédio do trabalho, sendo útil aquele que produz, que é lucrativo. Assim, o capital enxerga e reproduz a ideia de que a pessoa idosa gera se constitui em um ônus e problemas para o governo e para a sociedade como todo. Ou seja, um fardo para a sociedade, ignorando o quanto essa pessoa já contribuiu e a sua importância por sua trajetória de vida.

Portanto, em conjunto com as reflexões discutidas no aporte teórico de Beauvoir e Silva Sobrinho, é possível relacionar o baixo número de artigos minerados e a ausência

---

<sup>5</sup> Para Marx e Engels (1998), o Estado nasce dos antagonismos de classe enquanto “o comitê administrativo dos interesses comuns da burguesia”- classe dos capitalistas modernos, proprietários dos meios de produção social que empregam o trabalho assalariado, explorando e lucrando com a venda da força de trabalho. .

de políticas públicas de informação que assegurem a inclusão da pessoa idosa como resultante do isolamento e da exclusão social orquestrada pela sociedade capitalista, sendo para além de um problema focal, um problema social, que retira da população idosa a possibilidade de ser cidadão ativo dentro da sociedade, já que informação é poder, poder capaz de aumentar potencialidades sociais e políticas.

A omissão do Estado em relação à questão informacional da pessoa idosa, provoca grandes impactos sociais, culturais e reduzem a sua qualidade de vida. É pertinente que a sociedade também se enxergue na velhice, visto que esta é uma etapa da vida comum a todos, fomentando um sentimento de empatia, respeito e cuidado.

## **5 PROPOSTAS DE ELEMENTOS QUE PODEM BALIZAR AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO PARA A PESSOAS IDOSAS À LUZ DE BEAUVOIR (1976) E SILVA SOBRINHO (2007)**

A informação constitui-se em um direito humano fundamental, um bem público, cabendo ao Estado prover condições sociais que possibilitem o acesso, enquanto meio de desenvolvimento integral da pessoa idosa na atuação social, política, educacional e econômica. A edificação de uma política pública de informação (pública ou privada) se faz primordial, seja ela de caráter administrativo, cultural, tecnológico, cultural ou legal. Sendo, assim, tecemos como propostas de elementos que podem balizar as políticas públicas informacionais cinco tópicos, apresentados no infográfico a seguir:

**Figura 09:** Infográfico com elementos que possam contribuir na construção de uma política pública



Fonte: Desenvolvido pelo autor

### *Tópico 01: Disponibilizar a informação em meios acessíveis para a pessoa idosa.*

A Era da Informação transformou a comunicação e acelerou o processo de disseminação de dados, isto impacta a sociedade até hoje, uma vez que surgem diversas informações ao mesmo tempo e a análise de veracidade perde seu espaço. Além disso, as pessoas precisaram se adaptar às formas com que estas informações são disponibilizadas.

Considerando isso, nota-se que o acesso à informação ainda não é democrático, visto que é preciso discutir sobre as dificuldades enfrentadas pela pessoa idosa no uso de determinados meios de comunicação como a internet, por exemplo. Para Godinho (2010) “acessibilidade consiste na facilidade de acesso e de uso de ambientes, produtos e serviços por qualquer pessoa e em diferentes contextos”.

Dessa forma, manifesta-se a necessidade de materiais adaptados às singularidades de seu público-alvo, contextualizando para esta pesquisa, a pessoa idosa. Assim, deve-se considerar todos os fatores que podem interferir no entendimento da informação, assim como no que pode ocorrer no caminho entre quem transmite a informação e quem a recebe.

### *Tópico 02: Estímulo à produção científica*

Considerando o potencial que a produção científica tem para contribuir na consolidação e legitimação de decisões no âmbito da intervenção pública, coloca-se aqui o imperativo ao estímulo à produção científica direcionada a consolidação das Políticas Públicas Informacionais direcionadas à Pessoa Idosa, de modo a edificar alternativas sustentadas em conhecimentos consolidados.

No campo da ciência da informação, como evidenciado no transcorrer da pesquisa aqui empreendida, é quase inexistente reflexões sobre as políticas públicas informacionais para a pessoa idosa. Conhecimento que se faz necessário para validar, justificar e legitimar as tomadas de decisões

### *Tópico 03: Inclusão digital para as pessoas idosas*

Com o mundo globalizado, é exigido cada dia mais acesso das tecnologias no cotidiano das pessoas e com a chegada da pandemia de covid-19, no Brasil, isso ficou ainda mais evidente, considerando o isolamento da população e a ocorrência do uso

constante de ferramentas digitais tanto para comunicação em segurança e quanto para receber auxílios financeiros governamentais.

Contudo, os idosos apesar de serem os mais atingidos pela pandemia, também são os que mais têm dificuldades ao manusear a tecnologia e se comunicar digitalmente, o que tornou a pandemia ainda mais violenta com estas pessoas que são excluídas digitalmente, visto que este era o único meio seguro para se comunicarem.

Ao mesmo tempo, idosos que sabiam utilizar as tecnologias - incluídos digitalmente -, conseguiram usar ferramentas de comunicação, como as chamadas de vídeo nos smartphones, que foram essenciais durante o momento de isolamento provocado pela pandemia, além de conseguirem usar os aplicativos de auxílios financeiros oferecidos pelo governo.

Assim, nota-se que é preciso promover ações e políticas de inclusão digital para pessoas idosas, a fim de propiciar condições de acesso à informação e oportunizar diferentes possibilidades de acesso às novas tecnologias para este público.

#### *Tópico 04: Fomentar a participação social da pessoa idosa na agenda política*

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu a participação popular como direito de cidadania em um contexto de cidadania participativa. Direito capaz de aumentar tanto a eficácia quanto a abrangência das políticas públicas ao ampliar as possibilidades de acesso dos setores populares aos órgãos de gestão, como condição necessária para o exercício pleno e efetivo da democracia. A vista disso, na análise da participação social nas políticas públicas para pessoa idosa merece destaque a Lei 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso – PNI) e a Lei 10.741/03 (Estatuto da Pessoa Idosa)

A primeira em seu inciso II do art 4º inclui como diretrizes a “participação do idoso, através de suas organizações representativas, na formulação, implementação e avaliação das políticas, planos, programas e projetos a serem desenvolvidos”. Compreensão detalhada no art. 6º que prescreve que “os conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área”. Tem-se como principal forma de exercício do controle social são os conselhos e conferências.

De forma análoga, a Lei Acesso à Informação (12527/11) ao potencializar a transparência, propicia meios para o controle social, rompendo a cultura do sigilo na atuação estatal, de modo que verifica-se a relevância da transparência e do acesso à informação como formas de instrumentalizar a sociedade no exercício do controle social

Dito isto o fomento da participação da pessoa idosa na agenda política principalmente no que tange a edificação de políticas públicas informacionais é altamente relevante ao proporcionar transparência na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema de tomada de decisões e viabilizando protagonismo da pessoa idosa na edificação e regulação de políticas públicas, balizando-as conforme seus anseios, mediante a interlocução entre a pessoa idosa, a sociedade civil e o Estado.

#### *Tópico 05: Sensibilização social do envelhecimento enquanto processo universal*

O envelhecimento é um processo biológico que ocorre desde o nascimento, porém esse processo se dá por inúmeros fatores, que envolvem as questões sociais, econômicas, culturais e ambientais. Faz parte do nosso ciclo de vida o envelhecimento. O fato de envelhecermos traz consigo uma série de declínios de ordem fisiológica, sensorial, cognitiva, emocional etc. (SALES, 2002).

No caso do homem do campo, que trabalha na zona rural, além da ausência de condições adequadas de trabalho, também enfrenta problemas como a falta de acesso à água potável, alimentação e saúde, esses fatores corroboram na aceleração do envelhecimento. Assim, diante da precariedade na distribuição de acesso aos recursos básicos de vida, podemos perceber o quão o idoso torna-se frágil na sociedade.

Isso reforça a importância da criação de novas políticas públicas de informação para os idosos, a cada dia essa população é crescente, e mesmo com o que se é posto em documentos públicos, políticas, planos e programas em defesa do idosos existentes, ainda não são o suficiente para garantir os direitos neles abordados, sendo necessário a disponibilização de conteúdo acessível, movimentação e participação social.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da pesquisa aqui empreendida compreende-se que a pessoa idosa ainda recebe tímida relevância ao olhar do poder público. Os documentos aqui mencionados, sobre direitos de informação da pessoa idosa no Brasil escancaram a perversa realidade da omissão do Estado face a inexistência de uma política de informação consolidada e falta de atenção integral às particularidades da pessoa idosa. Considerando isso, ainda há muito a ser feito, pesquisado e refletido no tocante a temática em destaque.

Na investigação pudemos perceber que todos os documentos advindos do Governo Federal nasceram de movimentos sociais de ativistas que lutam pelos direitos da categoria e que compreendem que todos os cidadãos têm o direito de serem aceitos em suas diversidades e condições sociais. Percebeu que houve plena discussão em suas construções, no entanto e apesar disso, existe uma baixa quantidade de pesquisas, no escopo da CI, voltadas para a política de informação para o idoso. Conclui-se que é premente o incentivo do aumento e motivação de pesquisas junto ao tema promovidos pelos programas das instituições de pesquisa, além da promoção de planos, programas e políticas de governo voltados aos processos e satisfação das necessidades de informação da pessoa idosa.

É relevante salientar que os seis documentos foram determinantes para que o idoso começasse a ser repensado pela sociedade atual em busca da destituição de estigmas e preconceitos, inserindo um olhar mais compreensivo e humano. Porém, há muito o que caminhar!

Com isso, Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007) trazem em suas obras, relatos sobre a velhice, tendo um ponto de partida para se pensar sobre o idoso e como eles são enxergados pelo governo e sociedade. A partir dessas obras, abrem-se discussões e reflexões sobre como o idoso está sendo visto pela sociedade e quais elementos podem ser considerados na construção de políticas públicas de informação para a pessoa idosa, como já discutido em seções anteriores.

Sabe-se que os idosos de amanhã são os jovens de hoje, e isso os insere nesta luta pela informação de qualidade, rápida, clara e eficiente ao idoso. A isso junta-se a necessidade de pesquisas científicas sobre políticas de informação, com enfoque na pessoa idosa. Considerando o contexto bibliográfico, o detalhamento da política nacional da pessoa idosa, os documentos públicos e artigos científicos mencionados neste trabalho,

firma-se a importância da idealização e efetivação de uma política de informação para a pessoa idosa, por meio do poder público, do governo e da educação.

A partir dessas reflexões pudemos afirmar as seguintes proposições de pesquisa:

1. Quando voltadas à pessoa idosa, de modo geral, as políticas de informação podem estar direcionadas às orientações à saúde, aos direitos e deveres, aos estatutos e aos documentos públicos e decretos direcionados à atenção aos idosos. Em outras palavras, as políticas de informação voltadas para a pessoa idosa podem não se mostrarem explícitas, tanto na literatura científica da CI, quanto nos âmbitos de construção e efetividade na sociedade, assim como nas agendas governamentais.

Esses indícios foram demarcados nos documentos voltados à área de direitos e saúde do idoso, entre outros documentos oficiais do governo em âmbito nacional que tratam da pessoa idosa. Entende-se, nesta investigação, que na era da informação, o acesso à informação se torna imprescindível, principalmente quando se trata da Lei de Acesso à Informação, de nº. 12.527, idealizada em 18 de novembro de 2011, que deve atingir, sobretudo a pessoa idosa com suas limitações e direitos.

2. O Brasil não disponibiliza uma política específica de informação voltada para a pessoa idosa que trabalhe o contexto comunicação e informação com objetivo de orientação efetiva sobre direitos, deveres, saúde e inserção do idoso em vários segmentos sociais, culturais e informacionais.

No portal da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, instituído pelo Governo Federal, encontra-se a Portaria nº. 2.528 de 19 de outubro de 2006, que regulamenta a política Nacional do Idoso, publicada em 1994 e regulamentada em 1996, garantindo os direitos e fatores de inclusão social e de saúde assegurados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) sob a Lei nº. 8.842/94. Entretanto, em conformidade com o portal

A finalidade primordial da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa é recuperar, manter e promover a autonomia e a independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim, em consonância com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde. É alvo dessa política todo cidadão e cidadã brasileiros com 60 anos ou mais de idade (BRASIL, 2006, não paginado).

Ao que se percebe, a Política Nacional do Idoso no Brasil está totalmente voltada no contexto dos direitos, saúde e fatores sociais, faltando orientação no tocante à comunicação e informação no processo de instrução e inserção da pessoa idosa.

Conforme a análise preliminar da única Política Nacional do Idoso no Brasil, fica evidente que o documento direciona a pessoa idosa para os parâmetros essenciais da dignidade humana, que são os fatores de Direitos fundamentais e de Saúde Pública, que direciona para inclusão social e cultural, sendo a base estrutural da política, faltando os fatores de comunicação voltada ao entendimento e orientação ao idoso (BRASIL, 2006).

3. Como são tímidas as discussões sobre a necessidade e implementação de políticas de informação para a pessoa idosa no Brasil, é válido salientar que são poucos os atores sociais envolvidos nessas discussões.

De acordo com os quadros 5 e 6, é possível visualizar o baixo número de autores que investigam sobre política de informação para a pessoa idosa, contudo é válido salientar que existem outros autores, mas que para serem citados na pesquisa, seria preciso ampliar o escopo de mapeamento da investigação realizada e incluir outras áreas de conhecimento, como saúde, sociologia, psicologia e filosofia.

Pode-se perceber que, por meio de portarias e decretos fornecidos por órgãos e departamentos do Governo Federal, a pactuação das políticas gerais idealizadas para os idosos acontecem por meio de reunião e comissão intergestores do meio judiciário e do Ministério da Saúde. Eles foram os principais envolvidos (BRASIL, 2006). Faltam, portanto, motivação e envolvimento dos entes federativos, comunidades universitárias, pesquisadores, associações, famílias entre outros para efetivação de discussões mais aprofundadas e que se façam chegar naqueles que representam essa parcela da sociedade nos âmbitos governamentais e assim se fixem em suas agendas políticas.

4. A ausência de políticas públicas de informação voltadas para a “pessoa idosa” no Brasil pode ser, fortemente, influenciada pela desvalorização do “idoso” em meio a uma cultura histórica de negação à velhice. Esse fato pode influenciar, também, a produção científica sobre a construção e efetivação de políticas de informação voltadas à pessoa idosa no Brasil.

Esse pressuposto pode ser refletido a partir das orientações dadas por meio das reflexões de Beauvoir e Silva Sobrinho. Ambos, sob distintas óticas, a questão da velhice de forma política, histórica, antropológica, sociológica e filosófica.

5. A construção de elementos que balizem a construção e efetivação de políticas de informação sob a luz de Beauvoir e Silva Sobrinho e como pode contribuir para a valorização e potencialização de discussões científicas no escopo da CI sobre a temática, assim como na sociedade em geral. O que é verificado no Brasil em relação às

políticas de informação voltadas para idosos é a sua inexistência, visto que no decorrer da pesquisa não está evidente e que, muitas vezes, apenas alguns mecanismos informacionais estão, timidamente, incluídos em documentos oficiais voltados à atenção da pessoa idosa.

Constata-se a falta que essas políticas fazem para o processo de esclarecimento tanto para os idosos quanto para as famílias que cuidam deles, impondo barreiras de acesso e inserção do idoso na sociedade, este problema também é identificado nas leituras realizadas no decorrer da construção desta pesquisa. Considerando isso, tem-se um problema social e a necessidade de discussão pelos governantes e sociedade, e que pode ser contextualizado na realidade de cada indivíduo, uma vez que a velhice é um processo universal.

Ainda no tocante às pessoas idosas no Brasil, podemos enxergar o quão a velhice está sendo marginalizada no decorrer da história, se antes a pessoa idosa era considerada fonte de sabedoria e respeito, perante seu amplo conhecimento da vida e anos vividos, agora sofre com diferentes tipos de exclusão e violência.

Diante das pesquisas voltadas para pessoas idosas no Brasil, ainda podemos verificar vários fatores informacionais, como a exclusão digital, que dificultam o entendimento no que se diz respeito aos programas e documentos que se tem disponível para o idoso, assim escancara-se a vulnerabilidade destas pessoas.

Podemos relacionar isso com as linhas de pensamento de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007), que conforme já discutido, Beauvoir retrata sobre como este processo de invisibilização corrobora na exclusão do idoso e Silva Sobrinho discute sobre como o mercado de trabalho exclui a pessoa idosa em razão das limitações impostas pela velhice.

Dessa forma, embasados pelos pensamentos e discussões de Silva Sobrinho e Beauvoir, e considerando a tímida produção científica identificada, foi possível propor elementos que possam dar algum viés para a construção de uma política pública para a pessoa idosa no Brasil, isso destaca a singularidade desta pesquisa e enaltece a importância do resultado da investigação realizada. Os elementos estabelecidos foram discutidos na seção anterior e apresentados em formato de infográfico.

Acredita-se que esses elementos possam trazer à consciência a importância das políticas de informação, essencialmente as públicas, voltadas à pessoa idosa no Brasil, tornando-as explícitas por meio de documentos e normativas direcionadas aos idosos.

Quanto às indagações da investigação elas foram respondidas da seguinte maneira: a partir da leitura e estudo das obras trabalhadas de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2007), foi possível compreender e formular conceitos acerca da pessoa idosa, compreender o processo da velhice e viabilizar embasamento para discussão sobre a necessidade de políticas públicas de informação para a pessoa idosa.

Nesta investigação também foi realizado um levantamento nas bases de dados Benancib e Qualis/Capes, após a mineração de dados, com parâmetros já discutidos em seções anteriores, notou-se uma tímida produção científica, apontando que a discussão envolvendo política pública no âmbito da ciência da informação para a pessoa idosa ainda é primitiva.

Posto isso, e considerando as contribuições de outros autores, também citados no desenvolvimento desta pesquisa, foi possível propor elementos que balizem uma política pública de informação voltada à pessoa idosa no Brasil.

E, quanto aos objetivos de pesquisa eles foram respondidos da seguinte maneira:

**Quadro 7:** Conclusões a partir dos objetivos propostos pela pesquisa

TIPO	OBJETIVO	RESPOSTA
GERAL	Refletir sobre a construção de elementos que balizem as políticas de informação voltadas à pessoa idosa, à luz dos pensamentos de Simone de Beauvoir e Helson Flávio Silva Sobrinho, no escopo da Ciência da Informação.	A partir das obras destes autores, abrem-se discussões e reflexões sobre como o idoso está sendo visto pela sociedade e quais elementos podem ser considerados na construção de políticas públicas de informação para a pessoa idosa.
ESPECÍFICOS	Identificar na literatura estudada, os olhares voltados à pessoa idosa nos imaginários coletivos e nos contextos socioculturais.	A partir de um estudo bibliográfico foi possível desenvolver embasamento e reflexões sobre a pessoa idosa e o processo da velhice.
ESPECÍFICOS	Mapear, nos <i>sites</i> do Governo Federal brasileiro, as políticas públicas de informação voltadas para pessoa idosa, por meio dos documentos oficiais de atenção ao idoso;	Foram identificados e discutidos seis documentos que norteiam as políticas públicas para a pessoa idosa no Brasil. São eles: Política Nacional da Pessoa Idosa, Estatuto da Pessoa Idosa, Plano de Ação para o Enfrentamento da Violência Contra a Pessoa Idosa, Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa, Atenção à Saúde da Pessoa Idosa e Envelhecimento.
ESPECÍFICOS	Levantar, nas bases de dados, as produções científicas em CI que reflitam	Foram consideradas as bases de dados: Qualis/CAPES e Benancib. A mineração de dados resultou em

	sobre a pessoa idosa e sobre as políticas de informação relacionadas à ela.	quatorze artigos, baseados nos critérios estabelecidos na discussão dos resultados.
ESPECÍFICOS	Comparar as políticas de informação e as produções científicas mapeadas à luz das reflexões de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2014; 2019).	Após os estudos dos pensamentos e reflexões de Beauvoir e Silva Sobrinho foi possível extrair uma visão acerca da pessoa idosa. Também constatou-se a inexistência de uma política de informação vigente e uma tímida produção científica, a partir disso foi possível comparar estes fatos com a visão criada à luz das reflexões dos autores que norteiam esta pesquisa.
ESPECÍFICOS	Propor elementos que balizem as políticas públicas de idosos à luz de Beauvoir (1976) e Silva Sobrinho (2014; 2019).	A partir de todo o conjunto que compõem esta pesquisa, foi possível propor elementos que podem amparar a construção de uma política pública de informação efetiva para a pessoa idosa.

Finalmente, a pesquisa apresenta sua relevância pois consegue escancarar a ausência, carência e importância de políticas públicas efetivas para a pessoa idosa no Brasil. De acordo com os resultados obtidos, identifica-se uma tímida produção científica na área de CI que relacionam pessoa idosa e políticas de informação, isto contribui para a perpetuidade do problema, já que sem discussão e dados científicos não há como propor uma construção madura e eficaz.

Dessa forma, conclui-se que o caminho a ser percorrido ainda é longo, contudo, a pesquisa insere meios para amparar este processo e direciona, como primeiro passo, o fomento a iniciação científica, principalmente na ciência da informação, buscando propor discussões acerca da pessoa idosa e das consequências da ausência de políticas de informação efetivas. Além disso, é preciso fortalecer os movimentos e projetos sociais que atuam na defesa e autonomia das pessoas idosas, além de estabelecer um posicionamento de cobrança dos governantes por mais inclusão e alternativas para efetivar os direitos que já foram adquiridos.

Nessa perspectiva, vale salientar a necessidade de uma cultura de conscientização na sociedade, que reconheça na pessoa idosa não só suas contribuições já dadas, como também as que ainda serão dadas, inserindo o contexto de continuidade da participação social do idoso nesse processo. Além do esclarecimento de que todos chegarão à velhice e que por isso, esta luta é coletiva. Lutar pelos idosos hoje é garantir mais qualidade de vida no futuro.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM, F. B.; SILVA, T. E. da. A política de informação como agente modificador da cultura organizacional. **Ponto de Acesso**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 51–65, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/4698>. Acesso em: 14 nov. 2022
- BAPTISTA, B; REGINA, C.. Information literacy: From origins to trends. **Informacao e Sociedade**, v. 30, n. 4, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/221665> Acesso em: 12 fev. 2022
- BEAUVOIR, Simone. **A velhice: realidade incômoda**. (2ª ed.). São Paulo, DIFEL, 1976. 339 p.
- BELTRÃO, K. I.; CAMARANO, A. A.; KANSO, S. **Dinâmica populacional brasileira na do século XX**. Rio de Janeiro: Ipea, 2004 (Texto para Discussão, nº. 1.034). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/-11058/1873>. Acesso em: 20 dez. de 2020.
- BORKO, H.. Information Science: What is it?. *American Documentation*. [s.l], p. 3-5. jan. 1968. Disponível em: [http://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327-/mod\\_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf](http://edisiplinas.usp.br/pluginfile.php/2532327-/mod_resource/content/1/Oque%C3%A9CI.pdf). Acesso em: 18 ago. 2021.
- BRAGA, S. F. M. et al. As Políticas Públicas para os Idosos no Brasil: A Cidadania no Envelhecimento. **Diálogos Interdisciplinares**, v. 5, n. 3, p. 94-112, 2016. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/171> Acesso em: 10 fev. 2022
- BRAMAN, S.. “Defining Information Policy.” **Journal of Information Policy**. V.1, 2011a, p. 1-5. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/10.5325/jinfopoli.1.2011.0001#metadata\\_info\\_tab\\_content](https://www.jstor.org/stable/10.5325/jinfopoli.1.2011.0001#metadata_info_tab_content) Acesso em: 12 jun de 2022
- BRAMAN, S.. Horizons of the State: Information Policy and Power. **Journal of Communication**, 45(4), 1995.p 4-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1995.tb00752.x> Acesso em: 20 jun de 2022
- BRASIL. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
- BRASIL. **Curso e MAG / Desenvolvedor**. Disponível em: <http://emag.governoe-letronico.gov.br/cursodesenvolvedor/introducao/deficiencia-outros.html>. Acesso em: 01 ago. 2021.
- BRASIL. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011** - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato-2011-2014/2011/lei/112527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato-2011-2014/2011/lei/112527.htm). Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003** - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.741.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm). Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. **Plano de Ação de Enfretamento da Violência Contra a Pessoa Idosa**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2005.

BRASIL. **Portaria nº 2.528 de 19 de outubro de 2006** - Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Biblioteca Virtual em Saúde - Ministério da Saúde. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/-saudelegis/gm/2006/prt2528\\_19\\_10\\_2006.html](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/-saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html). Acesso em: 01 ago. 2021.

BRASIL. **Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>. Acesso em: 03 ago. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994** - Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm). Acesso em: 20 dez. 2020.

BRIQUET DE LEMOS, A. A. Política de Informação em ciência e tecnologia. **R. Bibliotecon**. Brasília, n.18, v. 1, p. 3- 11, jan./jun., 1990. Disponível em: [https://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/02/pdf\\_0e20ff680b\\_0008283.pdf](https://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/02/pdf_0e20ff680b_0008283.pdf). Acesso em: 31 ago. 2021.

BRUYNE, P., HERMAN J., & SCHOUTHLEE, M. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica** 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1996.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Plataforma sucupira**. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/1istaConsultaGeralPeriodicos.jsf>. Acesso em: 5 jun. 2021.

D'ALENCAR R. S.; POMPEO, W. A. H. **A cidadania na perspectiva da velhice: desafios cotidianos para viver com dignidade**. Ilhéus, BA: Editus, 2016.

FELIX, J.. **O idoso e o mercado de trabalho**. 2016. Repositório do Conhecimento do Ipea. Disponível em: <http://repo-sitorio.ipea.gov.br/handle/11058/9092>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Políticas de informação no Brasil: A Lei de Acesso à Informação em foco. **Múltiplos olhares em Ciência da Informação**, v. 2, n. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16940>. Acesso em: 28 jul. 2021.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2 ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis, 2007.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2 ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis, 2007.

FRAZÃO, D.. **Biografia de Simone de Beauvoir**. 2021. Disponível em: [https://www.ebiografia.com/simone\\_de\\_beauvoir/](https://www.ebiografia.com/simone_de_beauvoir/). Acesso em 02 abr. 2022.

FREITAS, M. C.de; QUEIROZ, T. A.; SOUSA, J. A. V. de. O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, n. 2, p. 407-412, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000200024> Acesso em: 14 de jun de 2022

FROHMANN, B. Talking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (Eds.). **Annual Conference of the Canadian association for science**, 23, 1995, Edmonton, Alberta, Proceedings... 1995. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.521.6657&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GODINHO, F. A. F. B. **Uma nova abordagem para a formação de engenharia de reabilitação em Portugal**. Vila Real. Tese (Doutorado) - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Engenharia Electrotécnica e de Computadores, 2010.

GOMES, Â. de C.. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, A. de C. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 7-24, 2004.

GONÇALVES, L. A. Políticas públicas e direitos sociais. In: **XVI Congresso Nacional do Conpedi-Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito**. 2007. Disponível em: [http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/-arquivos/anais/bh/leonardo\\_augusto\\_goncalves.pdf](http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/-arquivos/anais/bh/leonardo_augusto_goncalves.pdf). Acesso em: 29 jul. 2021.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.. Da organização do conhecimento às políticas de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 58-66, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41142>. Acesso em: 14 nov. 2022.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M.N.. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, v. 31, n. 1, 2002. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/975/1013>. Acesso em: 29 jul. 2021.

GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta é a questão?. Universidade de Brasília. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Mai/ago 2006. vol. 22 n.2, pp. 201-210.

JARDIM, J. M; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S.. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.14, n. 1, p.2-22, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/86sqfsg3NjNcXKfmxfg5C9v/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 ago. 2022

JOLY, M. C.C. R. A SILVEIRA, M. A. Avaliação preliminar do questionário de informática educacional (QIE) em formato eletrônico. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. 1,

p. 85-92, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000100011>  
Acesso em: 13 jun. 2022

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LAZZAROTTO, A. R. *et al.* O conhecimento de HIV/aids na terceira idade: estudo epidemiológico no Vale do Sinos. Rio Grande do Sul, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, p. 1833-1840, 2008. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/49753> Acesso em: 18 out 2022

LEMOS, J. C.; BARROS, J. D. de C. Equipe Multidisciplinar: essencial para o cuidado dos idosos em instituição de longa permanência. In: **Anais do 15o Congresso Brasileiro dos Conselhos de Enfermagem**. 2012. p. 9-12. Disponível em:  
<http://189.59.9.179/cbcentf/sistema-inscricoes/arquivosTrabalhos/I12375.E3.T1637.D3AP.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LUCCA, D. M. de; VITORINO, E. V.. **O desenvolvimento da competência informacional dos idosos: um olhar para as necessidades informacionais desses indivíduos**. 2017. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento-/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2812/1066>. Acesso em: 29 jul. 2021.

MATTIELLO, R.; SARRIA, E. E. Saúde baseada em evidências na pediatria. **Boletim Científico de Pediatria**, v. 2, p. 65-68, 2014. Disponível em:  
[https://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/141204210257bcped\\_v3\\_n2\\_a2.pdf](https://www.sprs.com.br/sprs2013/bancoimg/141204210257bcped_v3_n2_a2.pdf)  
Acesso em: 15 out 2022

MENDES, M. R. S. S. B.; GUSMÃO, J. L. de; MANCUSSI E FARO, A. C.; LEITE, R. de C. B. de O. A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm**. 2005; n.18, v.4, p. 422-426. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/j/ape/a/9BQLWt5B3WVTvKTp3X8QcqJ/?lang=pt> Acesso em: 14 jun 2022

OMS. WORLD HEALTH ORGANIZATION *et al.* **Envelhecimento ativo: uma política de saúde**. 2005. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/-envelheci-mento\\_ativo.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/-envelheci-mento_ativo.pdf). Acesso em: 03 jun. 2021.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso: atualizações e perspectivas**. In: GADET & HAK (org.). **Por uma análise automática do discurso**. 3ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 1997, p. 163 -252.

PRAÇA, F. S. G. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Revista Eletrônica “Diálogos Acadêmicos”**, v. 8, n. 1, p. 72-87, 2015. Disponível:  
[http://uniesp.edu.br/sites/\\_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf](http://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170627112856.pdf). Acesso em: 03 jun. 2021.

SALES, M. B. de. **Desenvolvimento de um checklist para a avaliação de acessibilidade da web para usuários idosos**. Dissertação (Mestrado) - Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2002

- SARACEVIC, T. A natureza interdisciplinar da ciência da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 24, n. 1, apr. 1995. ISSN 1518-8353. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/608/610>. Acesso em: 18 ago. 2021.
- SBBG, Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia. **O que é Geriatria e Gerontologia?**. Disponível em: <https://sbbg.org.br/titulo-de-especialista/o-que-e/>. Acesso em: 03 mar. 2021.
- SILVA SOBRINHO, H. F. da. **Discurso, Velhice e Classes Sociais**. Maceió: Edufal, 2007.
- SILVA SOBRINHO, H. F. O discurso sobre velhice e as tentativas do capital de tornear suas contradições. **Estudos Linguísticos**, v. 43, n. 3, p. 1118-1128, 2014. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/510> Acesso em: 12 ago 2022.
- SILVA SOBRINHO, H. F. Fotogramas do discurso sobre a velhice: determinações históricas do capitalismo na significação dos sujeitos. **Fragmentum, Santa Maria**, v. 54, p. 21-244, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2179219439271> Acesso em: 12 fev. 2022
- SILVA, A. M. da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Ed. Afrontamento, 2006.
- SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, UFSC, v. 5, n. 6, 2001. Disponível em: [https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia\\_de\\_pesquisa\\_e\\_elaboracao\\_de\\_teses\\_e\\_dissertacoes\\_4ed.pdf](https://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia_de_pesquisa_e_elaboracao_de_teses_e_dissertacoes_4ed.pdf). Acesso em: 20 dez. 2020.
- SOUZA, C. **Políticas públicas: conceitos, tipologias e subáreas**. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf> . Acesso em: 02 set. 2021.
- SOUZA, E. D. **A epistemologia interdisciplinar na Ciência da Informação: dos indícios aos efeitos de sentido na consolidação do campo disciplinar**. Maceió: Edufal, 2015. p.222.
- SOUZA, E. D. DIAS, E. J. W. A integração disciplinar na ciência da informação: os não-ditos sobre essa familiar desconhecida. **Ciência da Informação**, v. 40, n. 1, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19652011000100004> Acesso em: 13 fev. 2022
- TAVARES, M. M. K.; SOUZA, S. T. C. de. Os idosos e as barreiras de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. **Cinted-UFRGS – Novas Tecnologias na Educação**. v. 10, n.1, jul, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/renote/article/view/30915/19244>. Acesso em: 02 set. 2021.
- VERAS, R. P. Terceira idade: desafios para o terceiro milênio. In: VERAS, Renato. **Terceira idade: desafios para o terceiro Milênio**. 1997. p. 192.
- WERSIG, G.; NEVELING, U.. The phenomena of interest to Information Science. **Information Scientist**, [s.l.], v. 9, n. 4, p.127-140, dez. 1975. Mensal. Disponível em: <http://sigir.org/files/museum/pub-13/18.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.